

Sempre buscando
novos desafios.
É assim que nos
superamos e, mais
uma vez, quebramos
nossos recordes
de vendas e de
resultados.



RESULTADOS SULAMÉRICA 2012

PRÊMIOS DE SEGUROS
R\$ 10,6 bilhões

↑ +12,5 %

LUCRO LÍQUIDO
R\$ 483,2 milhões

↑ +7,8 %

ATIVOS TOTAIS
R\$ 14,4 bilhões

↑ +7,1 %

↑ Crescimento versus 2011.

O ano de 2012 foi de grandes conquistas para a SulAmérica: recordes de vendas, aumento dos investimentos e expansão geográfica. Tudo isso gerando resultados sólidos e um crescimento consistente. Com certeza, estamos cada vez mais preparados para o futuro, criando valor de forma sustentável em uma relação de confiança e respeito com nossos *stakeholders*.

Acesse sulamerica.com.br/ri e saiba mais.



Índice
Brasil **IBRX**

Índice de
Sustentabilidade
Empresarial **ISE**

Índice
Brasil Anjo
BMA/BOVESPA **IBRA**

Índice de
Governança
Corporativa Total **IGCT**

Índice
BMA/BOVESPA
Financeiro **IFNC**

Índice de
Ações com Top Along
Diferencial **ITAG**

Índice
Dividendos
BMA/BOVESPA **IDIV**

Índice
Small Cap **SMLL**

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferencial **IGC**

SulAmérica

associada ao **ING**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.S.as demonstrações financeiras da Sul América S.A. ("Companhia") e controladas, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.
 Neste relatório, a Sul América S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A. e suas controladas.

1. Conjuntura econômica

O ano de 2012 testemunhou um movimento de desaceleração do crescimento econômico, que afetou tanto os principais mercados internacionais quanto a economia brasileira. Segundo estimativas do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) global deve ter se expandido a uma taxa de cerca de 3%, e as estimativas para o mercado doméstico apontam para um crescimento da ordem de 1% no ano.
 O desempenho econômico de 2012 foi reflexo, entre outros, do comportamento da atividade industrial, com recuo de investimentos motivado por incertezas presentes nos cenários internacional e doméstico. As despesas com consumo, motor da expansão econômica dos últimos anos, também perderam força em 2012. O endividamento das famílias e o aumento da inadimplência, principalmente no setor automotivo, explicam a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano de 2012.
 Ante uma atividade econômica em desaceleração, as autoridades governamentais promoveram uma substancial queda na taxa básica de juros (SELIC) para 7,25% ao final do ano, menor patamar nominal da história recente. Ao mesmo tempo, trouxeram pacotes de estímulos, sobretudo fiscais, para os setores produtores de bens de consumo duráveis (automóveis principalmente) e bens de capital. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou 2012 com alta de 5,8%.
 Mesmo com cenário externo adverso, alimentado pela aversão ao risco, o mercado de ações em geral fechou 2012 com ganho de 7,4%, com o principal índice, o IBOVESPA, atingindo 60.952 pontos. No mercado de câmbio, a ação do Banco Central em produzir um câmbio mais competitivo levou a cotação do dólar de R\$ 1,85 no início do ano para R\$ 2,04 ao final de 2012, resultando em depreciação do Real de 13,1% no ano.
 Para 2013, o mercado tem a expectativa de crescimento ao redor de 3,0%. Esta recuperação será reflexo dos efeitos da flexibilização monetária, câmbio mais depreciado, política fiscal expansionista e a aceleração dos investimentos, principalmente no âmbito do PAC. No que tange à inflação, há uma perspectiva de 5,7% para o IPCA em 2013.

2. Principais informações financeiras consolidadas

Resultado (R\$ milhões)	2012	2011	Var.
Prêmios de seguros	10.616,7	9.436,6	12,5%
Prêmios ganhos	10.410,7	9.135,3	16,6%
Sinistros ocorridos e despesas com benefícios	(7.767,2)	(6.670,6)	-16,4%
Custos de aquisição	(1.088,4)	(1.057,0)	-3,0%
Margem bruta	1.584,7	1.227,4	29,1%
Resultado antes dos impostos e participações	714,6	703,9	0,9%
Lucro líquido	483,2	445,7	7,8%

Índices	2012	2011	Var.
Índice de sinistralidade (% dos prêmios ganhos)	74,4%	74,5%	0,1 p.p.
Índice de despesas de comercialização (% dos prêmios ganhos)	10,4%	11,8%	1,4 p.p.
Índice de despesas administrativas (% dos prêmios retidos)	9,5%	9,2%	-0,3 p.p.
Índice combinado	99,4%	100,0%	0,6 p.p.

3. Visão geral

Fortes resultados consolidaram um ano importante e bem-sucedido para a SulAmérica. Assim, 2012 foi um ano positivo, e constatamos que o desempenho da SulAmérica refletiu as principais decisões estratégicas adotadas pela Administração. A SulAmérica logrou reagir com sucesso aos desafios apresentados ao longo do ano, entre os quais destacam-se a redução da taxa de juros, maiores custos com sinistros indenizáveis e o avanço da inflação médico hospitalar.
 O resultado obtido em 2012 é fruto de um dos pilares fortes da SulAmérica – uma visão de longo prazo, sustentada por elevado profissionalismo, engajamento, e identificação que administradores e demais colaboradores têm com a SulAmérica.
 A SulAmérica obteve crescimento significativo de prêmios, principalmente no segmento de seguro saúde, impulsionado, entre outros, pelas apólices de pequenas e médias empresas. A sinistralidade manteve-se estável em meio a condições de mercado adversas. Além disso, a SulAmérica apresentou bom desempenho na gestão da carteira de investimentos, com boa contribuição do resultado financeiro. O resultado obtido no ano, mais uma vez, demonstra a vantagem de um modelo de negócios multiclika, com a SulAmérica se mantendo em posições de destaque nas principais áreas em que atua.
 Apesar dos desafios a que a SulAmérica foi submetida em 2012, foi possível aproveitar um bom momento do mercado de capitais e efetuar sua primeira emissão de debêntures, num montante total de R\$500 milhões. Na sequência, a SulAmérica obteve *upgrade* em seu *rating* pela agência Fitch, que a elevou a categoria de grau de investimento. A nota refletiu o momento da SulAmérica, com crescimento das operações, solidez financeira e situação adequada de caixa. Já a agência *Standard & Poors (S&P)* também elevou a classificação da SulAmérica para BB+, apenas um grau abaixo de *investment grade*. A SulAmérica obteve, pelo segundo ano consecutivo, o 1º lugar no prêmio "As Melhores Companhias para os Acionistas", outorgado pela Revista Capital Aberto, onde foram avaliados quesitos como criação de valor, o retorno da ação e dividendos, governança corporativa e sustentabilidade.
 O crescimento orgânico forte e consistente foi impulsionado pela inovação em produtos e serviços e uma marca cada vez mais presente em todo o País. A administração está confiante na capacidade da SulAmérica em manter um padrão de crescimento sustentável e prosseguir na busca de melhoria da rentabilidade em suas principais áreas de negócio ao longo dos próximos anos.
 As perspectivas de recuperação da atividade econômica e um mercado de trabalho robusto são certamente encorajadores para o setor de seguros e, consequentemente, para os negócios da SulAmérica. Em 2013 continuaremos com foco, disciplina, excelência e eficácia operacional, estabelecendo prioridades e melhorando a produtividade. A SulAmérica continuará a criar valor de forma sustentável, fortalecendo suas operações, com base numa adequada remuneração do capital dos acionistas.

4. Comentários do desempenho das áreas de negócios

4.1 Seguro Saúde e Odontológico:

O segmento de seguro saúde e odontológico registrou prêmios de R\$7,4 bilhões, crescimento de 17,8% na comparação com 2011. Em 2012, a SulAmérica manteve sua estratégia de atuação voltada aos planos de seguro saúde grupal, com foco também nos segmentos de pequenas e médias empresas (PME) e nas oportunidades de aumento de vendas nos planos odontológicos.

Seguro Saúde Grupal

Corporativo: vendas novas impulsionaram o crescimento dos prêmios em 22,7% em 2012 frente a 2011. Este aumento da receita já contabiliza o efeito da revisão da carteira feita ao longo de 2012, que implicou na não renovação de apólices com baixa rentabilidade. Esse movimento culminou em um aumento de 0,9% na comparação anual.
Pequenas e Médias Empresas: com 30,0% de crescimento em prêmios em 2012 (comparado com 2011), os prêmios de seguros para PME registraram o maior crescimento dentro dos segmentos de saúde e odontológico, reforçando o acerto da política da SulAmérica ao focar esforços de venda na ampliação desta carteira. Este aumento de prêmios também foi suportado pelo reajuste aplicado às apólices e aos 17,3% de aumento do número de membros adicionados à carteira.

Odontológico: a manutenção da estratégia de ampliar a base de corretores que distribuem seguros odontológicos, diversificar a carteira e lançar novos produtos foram os principais fatores que impulsionaram o crescimento de 30,3% em prêmios e 16,4% em beneficiários, comparado a 2011.

A sinistralidade total do segmento de seguro saúde grupal foi de 78,5% em 2012, com piora de 0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que os principais fatores desta queda foram os resultados do programa de gestão de sinistros adotado pela SulAmérica, os efeitos positivos dos reajustes de prêmios praticados no ciclo iniciado em julho de 2012 e, ainda, o efeito favorável dos fatores de sazonalidade do período.

Seguro Saúde Individual

Os prêmios de seguro saúde individual ficaram 2,6% acima de 2011, consequência da implementação dos reajustes anunciados pela ANS em agosto de 2012 (9,37% para as apólices emitidas antes da Lei 9.656/1998 e 7,93% para as posteriores à Lei). O número de beneficiários retraiu 6,7% no mesmo período, em linha com as características da carteira em vigor.
 A sinistralidade da carteira individual fechou o ano de 2012 em 89,9%, um aumento de 3,5 p.p. em relação ao ano de 2011, repleto do aumento de frequência de utilização dos planos e de reajustes abaixo da inflação médico-hospitalar no período.

4.2 Seguros de Automóveis:

Apesar das condições do ambiente competitivo observado ao longo do ano, o segmento de automóveis encerrou 2012 com 3,0% de crescimento em prêmios frente a 2011.

Nesse período, a frota segurada reduziu 6,1%. Este aumento de prêmios aquém da média do mercado (que foi de 16,0%, segundo dados da SUSEP para 2012) e a queda da frota segurada foram consequência da manutenção da política de subscrição e de rentabilidade da carteira.

Em 2012, foi lançado um novo sistema de cotação, que passou a ser 100% online, mais ágil e fácil de operar, com uma série de informações que facilitam o preenchimento por parte do corretor de seguros, nossa principal força de vendas.

Em contrapartida ao baixo crescimento de receitas, a sinistralidade do segmento alcançou o menor patamar desde o início do ano, ficando em 64,7% em 2012, com aumento de 9,6 p.p. sobre 2011, resultado dos aprimoramentos da política de subscrição e da estratégia de ênfase em rentabilidade. O segmento se encontra preparado para entrar em 2013 adequadamente posicionado.

4.3 Seguros de Outros Ramos Elementares:

Apesar dos prêmios no trimestre terem sido 1,7% menores na comparação com 2011, os resultados vieram, principalmente, de uma política extremamente seletiva em médios e grandes riscos, além do foco nas carteiras de massificados. No que diz respeito à ampliação da carteira de massificados, os resultados alcançados foram consequência dos novos cotadores *Web Service*, que foram disponibilizados ao longo do ano para o universo de corretores de seguros que distribuem nossos produtos.

A sinistralidade do segmento apresentou melhora na comparação anual (+9,8 p.p.). Esta melhora significativa se deu pela qualidade de subscrição e precificação deste segmento que, aliada a uma eficiente estratégia de resseguro, vem proporcionando uma rentabilidade favorável.

4.4 Seguros de Pessoas:

Os prêmios do segmento de pessoas foram 2,1% maiores neste ano quando comparados a 2011, principalmente devido a reavaliação de contratos e apólices com resultado inferior ao esperado pela SulAmérica. Mesmo assim, os prêmios ganhos do segmento cresceram 55,3%, principalmente devido à reversão de 61,4% (R\$ 60,0 milhões) da provisão para insuficiência de prêmios, constituída em anos anteriores, devido à reavaliação de estimativa motivada por decisão judicial.

Com esta reversão na linha de prêmios ganhos, a sinistralidade do segmento ficou 20,5 p.p. abaixo de 2011, alcançando 45,8% no período.

A SulAmérica continua investindo na expansão dos canais de distribuição, diversificando sua carteira de produtos e aprimorando as ferramentas para otimizar seus processos.

4.5 Resultado das Operações de Previdência:

Contribuições aumentaram 20,9% no acumulado do ano quando comparado ao mesmo período de 2011. Com isso, as reservas de previdência e VGBL finalizaram o ano com R\$3,7 bilhões, crescimento de 14,0%, sendo que as reservas de PGBL e VGBL já representam 71,7% do total de reservas de previdência. O resultado das operações de previdência em 2012 cresceu 18,6% em relação a 2011, atingindo R\$14,6 milhões ao final do ano.

4.6 Resultado com operações de assistência à saúde:

O resultado das operações de planos administrados de pós-pagamento (ASO) apresentou queda de 18,6% na comparação com 2011 e diminuição de 8,4% no número de membros do segmento devido à migração de contratos para a modalidade de pré-pagamento.

4.7 Resultado das operações de gestão de ativos:

O resultado da operação de gestão de ativos em 2012 foi 69,9% maior do que em 2011, principalmente, pelo maior volume de ativos administrados (+7,6%) e aumento taxa de performance dos fundos. Do incremento de R\$ 1,5 bilhão no volume de recursos administrados em 2012, uma parcela correspondente a 62,6% foi proveniente de recursos de terceiros.

A agência de classificação de risco *Standard & Poor's* reafirmou a classificação 'AMP-1' (Muito Forte) atribuída à SulAmérica Investimentos DTVM S.A. Esta classificação reflete o bom perfil de negócios da empresa e os benefícios de integrar a SulAmérica, de manter uma carteira diversificada, com uma boa gama de produtos, práticas muito fortes relativas às operações e controles; a *expertise* de seu corpo diretivo; processos disciplinados de administração de investimentos, e seus bons princípios fiduciários.

5. Vendas e marketing

Na área de vendas, a SulAmérica ofereceu aos seus clientes uma ampla carteira de produtos e serviços diferenciados por meio de filiais e C.A.S.A.s, que integram um total de mais de 100 pontos de presença física nas principais cidades do país que garantem apoio aos mais de 33 mil corretores que distribuem os produtos da SulAmérica aos mais de 6,7 milhões de clientes. Além disso, a SulAmérica também contou, para a distribuição de seus produtos e serviços, com mais de 20 parcerias com bancos e instituições financeiras, que alcançam mais de 16 mil pontos de venda.
 Em 2012, a SulAmérica lançou produtos e serviços e todas as unidades de negócios, promoveu eventos e premiações para corretores de seguros e manteve seu patrocínio nas Rádios SulAmérica Trânsito, em São Paulo, e na SulAmérica Paraisópolis, no Rio de Janeiro. Todas estas iniciativas visaram fortalecer a percepção da marca em todas as regiões do país.

6. Pessoas

A SulAmérica implementou em 2012 uma importante revisão em sua plataforma de gestão de pessoas. A proposta visou agregar à área de Capital Humano da SulAmérica a capacidade de acompanhar o ritmo da evolução dos seus negócios e interagir de forma mais efetiva no engajamento de seus colaboradores e no alinhamento das lideranças.

Uma nova plataforma identificou pilares de sustentação fundamentais na gestão de pessoas, que contemplam modelos e programas de recursos humanos, desenvolvimento de lideranças, alinhamento dos valores e a tomada de decisão e um modelo de comunicação que tem por objetivo aproximar a alta liderança dos demais empregados.

Em 2012, a SulAmérica manteve investimentos na capacitação dos funcionários e investiu no desenho de uma nova arquitetura de aprendizagem com objetivo de garantir, além da retenção de conhecimentos chave, maior direcionamento da capacitação através da leitura da relevância das competências para a agenda de negócios.

7. Sustentabilidade

A SulAmérica prosseguiu e ampliou sua estratégia de disseminação de conceitos e conscientização do seu público interno a respeito dos principais temas relacionados à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa. Com o reporte direto do Comitê de Sustentabilidade da SulAmérica ao Conselho de Administração, os temas relacionados à sustentabilidade tiveram força ativa nas decisões estratégicas da SulAmérica.

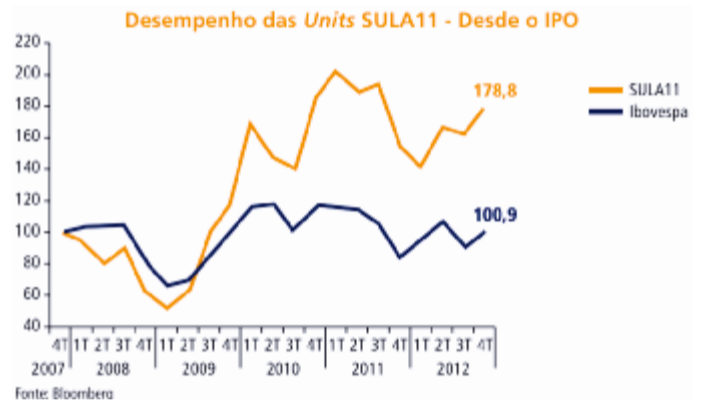
Pelo quarto ano consecutivo, a SulAmérica foi reconhecida pela relevância que tem dedicado à sustentabilidade, sendo a primeira e única seguradora a integrar a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BM&FBOVESPA. Em 2012, pelo quarto ano consecutivo também, a SulAmérica publicou seu relatório anual de acordo com as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*). Mais recentemente, a SulAmérica, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade, tornou-se signatária do Pacto Global, uma iniciativa da ONU (Organizações das Nações Unidas) que busca o desenvolvimento de um mercado global mais sustentável, encorajando empresas na adoção de políticas e práticas de responsabilidade social corporativa. A SulAmérica participou ativamente da Rio+20, durante a qual, entre outros, foram lançados os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, sigla em inglês), dos quais a SulAmérica se tornou signatária por entender ser uma importante

iniciativa que ajudará o mercado segurador a se tornar um influenciador na construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta para o futuro.
 Além disso, a SulAmérica foi premiada pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) pelas ações no setor que reforçam a iniciativa sustentável, levando em consideração as questões ambientais, sociais e de governança que sejam relevantes para o negócio de seguros. A SulAmérica recebeu prêmios nas categorias: Produtos e Serviços; Processos e Comunicação e ainda se destacou em todas as categorias com importantes projetos, se tornando um exemplo no mercado segurador.

8. Mercado de capitais e governança corporativa

A SulAmérica em 2012 continuou alinhada às melhores práticas de governança corporativa, sendo pioneira em iniciativas que visam aproximar o Conselho de Administração das operações da SulAmérica, dos clientes e dos corretores.

Além de integrar o ISE, as *Units* da SulAmérica integram as carteiras do Índice Bruto - IBRX, Índice BM&FBOVESPA Financeiro - IFNC, Índice *SmallCap* - SMLL, Índice de Ações com *Tag-Along* Diferenciado - ITAG, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC, Índice de Governança Corporativa *Trade* - IGCT, Índice de Dividendos - IDIV e do Índice Brasil Ampliado - IBRA. Em 2012, as *Units* da Sul América S.A. (BM&FBOVESPA: SULA11) apresentaram valorização de 22,4%, enquanto o IBOVESPA acumulou ganho de 7,4%. As *Units* encerraram o ano cotadas a R\$17,70, e o valor de mercado da Companhia era de R\$5,1 bilhões em 31/12/2012. O volume financeiro médio diário de negociação das *Units* foi de R\$8,2 milhões, com redução de 7,9% em relação a 2011.



9. Investimentos

Em 31/12/2012, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Companhia Nacional de Seguros no montante de R\$631,6 milhões, Sul América Companhia de Seguro Saúde no montante de R\$732,0 milhões e Saepar Serviços e Participações S.A. no montante de R\$2,1 bilhões.

10. Resultado do exercício e proposta para sua destinação

A Administração encaminhou à Assembleia Geral Ordinária proposta de distribuição do resultado que contempla o pagamento de dividendos, equivalentes a 30% do lucro líquido total ajustado do exercício, conforme demonstrado abaixo:

Resultado do exercício e proposta para sua destinação:

R\$mil	Companhia	
	2012	2011
Lucro antes dos impostos e contribuições	478.363	445.708
(-) Impostos e contribuições	4.885	(26)
Lucro líquido do exercício	483.248	445.682
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(24.162)	(22.284)
Lucro líquido ajustado	459.086	423.398
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro ajustado	114.772	105.850
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	30.373	29.977
(-) Juros sobre capital próprio a serem considerados nos dividendos obrigatórios	22.954	60.432
Bruto	26.630	70.000
Imposto de renda	(3.676)	(9.568)
Saldo dos dividendos obrigatórios	61.445	15.441
Dividendos adicionais propostos	22.954	105.850
Total de dividendos obrigatórios e propostos	84.399	121.291
Destinação:		
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	317.684	202.130

O montante de dividendos propostos e não pagos acima do mínimo obrigatório não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras como passivo e sim em conta própria do patrimônio líquido.

11. Acordo de acionistas

A Sul América S.A. é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o *ING Insurance International B.V.*, regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

12. Câmara de arbitragem

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 45 de seu Estatuto Social.

13. Declaração dos diretores estatutários

Os diretores estatutários da Sul América S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 29.978.814/0001-87, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31/12/2012, assim como com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013.

A ADMINISTRAÇÃO

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	Companhia		Consolidado		Passivo	Notas	Companhia		Consolidado	
		2012	2011	2012 (Reclassificado)	2011			2012	2011	2012	2011
Circulante		468.966	255.204	10.024.345	9.443.283	Circulante		116.656	430.604	5.411.678	5.533.711
Caixa e equivalentes de caixa	7	418	428	974.603	460.425	Contas a pagar		116.656	430.604	613.407	862.633
Aplicações financeiras	8	285.086	95.464	6.835.550	6.649.574	Obrigações a pagar	16.1	95.617	69.718	240.778	217.796
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	-	904.978	956.516	Impostos e encargos sociais a recolher	16.1	28	248	85.029	102.693
Prêmios a receber	9	-	-	845.639	773.556	Encargos trabalhistas	16.4	16.014	350.867	16.232	351.230
Operações com seguradoras		-	-	45.581	53.532	Empréstimos e financiamentos	16.2	4.860	8.973	154.915	77.219
Operações com resseguradoras	17.1	-	-	13.758	129.428	Outras contas a pagar	16.3	137	798	82.046	80.078
Créditos das operações com previdência complementar		-	-	11.245	8.203	Débitos de operações com seguros e resseguros		-	-	325.209	408.735
Outros créditos operacionais	12.1	-	-	262.944	206.013	Prêmios a restituir		-	-	9.312	6.862
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	10	-	-	204.748	349.994	Operações com seguradoras		-	-	38.349	34.054
Títulos e créditos a receber		183.462	159.177	365.254	374.140	Operações com resseguradoras	17.1	-	-	60.574	185.543
Títulos e créditos a receber		143.900	128.345	113.959	137.729	Corretores de seguros e resseguros	17.2	-	-	98.134	92.975
Créditos tributários e previdenciários	11	39.273	30.595	128.592	112.932	Outros débitos operacionais		-	-	118.840	89.301
Outros créditos	12.2	289	237	122.703	123.479	Débitos de operações com previdência complementar		-	-	19.851	2.623
Outros valores e bens	13	-	-	50.530	53.617	Depósitos de terceiros	18	-	-	41.595	53.755
Despesas antecipadas		-	-	135	21.526	Provisões técnicas - Seguros	19.1	-	-	3.514.776	3.418.816
Custos de aquisição diferidos	14	-	-	392.967	358.360	Saúde		-	-	1.298.235	1.119.309
Não circulante		3.500.130	3.253.920	4.340.681	3.975.543	Danos		-	-	1.977.134	2.072.892
Realizável a longo prazo		6.257	1.403	4.134.668	3.786.165	Pessoas		-	-	239.407	226.615
Aplicações financeiras	8	10	10	1.127.082	1.053.257	Provisões técnicas - Previdência complementar					

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Operações de seguros				
Prêmios emitidos	23.1	-	10.410.712	9.124.803
Prêmios de seguros		-	10.621.281	9.374.950
Prêmios convênio DPVAT		-	51.632	51.170
Prêmios cedidos em cosseguros		-	(71.775)	(15.743)
Prêmios cedidos em resseguros		-	(180.180)	(275.792)
Prêmios de retrocessão		-	29	39
Prêmios cedidos em consórcios e fundos		-	(25.819)	(25.589)
Contribuição para cobertura de riscos		-	15.544	15.768
Variações das provisões técnicas				
Prêmios ganhos	23.1	-	10.440.295	8.944.547
Sinistros ocorridos	23.1	-	(7.738.352)	(6.649.970)
Sinistros diretos		-	(7.839.134)	(7.377.470)
Sinistros de consórcios e fundos		-	(20.478)	(20.546)
Serviços de assistência		-	(331)	(321)
Recuperação de sinistros		-	42.857	391.104
Salvados e ressarcimentos		-	156.971	192.607
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		-	(78.237)	164.656
Despesas com benefícios				
Despesas com benefícios retidos	23.1	-	(28.829)	(20.620)
Despesas com benefícios retidos		-	(23.758)	(20.012)
Variação da provisão de eventos ocorridos mas não avisados		-	(5.071)	(608)
Custos de aquisição				
Comissões	23.1	-	(1.088.442)	(1.056.979)
Recuperação de comissões		-	(1.114.811)	(1.046.358)
Outros custos de aquisição		-	48.874	13.839
Variação dos custos de aquisição diferidos		-	(2.374)	(2.179)
Outras receitas e despesas operacionais	24	-	(311.086)	(257.472)
Outras receitas operacionais		-	30.888	20.187
Outras despesas operacionais		-	(341.974)	(277.659)
Operações de previdência				
Prêmios e rendas de contribuições retidas		-	480.965	397.849
Prêmios e rendas de contribuições		-	480.965	397.849
Variações das provisões técnicas				
Rendas com taxas de gestão		-	33.548	29.132
Despesas com benefícios e resgates		-	(74.508)	(25.103)
Despesas com benefícios		-	(74.918)	(24.940)
Variação da provisão de eventos ocorridos mas não avisados		-	410	(163)
Custos de aquisição				
Outras despesas operacionais		-	(16.984)	(15.309)
Despesas com benefícios retidos		-	(767)	(478)
Resultado com operações de assistência à saúde				
		-	24.272	29.750
Resultado da atividade financeira				
		-	44.865	26.400
Despesas administrativas				
	26	(11.469)	(8.271)	(991.362)
Despesas com tributos				
		(11.693)	(9.272)	(218.198)
Resultado financeiro				
	27.1	(19.872)	(42.600)	564.707
Receitas financeiras		27.2	81.566	147.090
Despesas financeiras		27.3	(101.438)	(189.690)
Resultado patrimonial				
		521.397	505.851	2.124
Receitas com imóveis de renda		-	-	219
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas		15	521.633	505.687
Outras receitas / (despesas) patrimoniais		-	(236)	164
Resultado na alienação de ativos - Investimentos, imobilizado e intangível		-	-	(70)
		-	-	566
		-	-	1.975
		-	-	8.074
Resultado antes de impostos e contribuições				
		478.363	445.708	714.595
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		28.1	(26)	(283.200)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		28.1	4.885	51.853
Lucro líquido do exercício				
		483.248	445.682	483.248
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas da Companhia				
	22.8			
Por ação preferencial (em R\$)		0,57	0,54	0,57
Por ação ordinária (em R\$)		0,57	0,54	0,54
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia				
	22.8			
Por ação preferencial (em R\$)		0,56	0,52	0,56
Por ação ordinária (em R\$)		0,56	0,52	0,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (em milhares de reais)

Notas	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício				
		483.248	445.682	483.248
Ganhos, líquidos das perdas, não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	8.2	61	72	50.620
Perdas, líquidas de ganhos, não realizadas com hedge de fluxo de caixa		(1.424)	(2.347)	(1.424)
Ganhos, líquido das perdas, realizados com hedge de fluxo de caixa		294	-	294
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes	28.2	363	774	(19.819)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	15	30.377	7.991	-
Outros componentes do resultado abrangente				
		29.671	6.490	29.671
Resultado abrangente do exercício				
		512.919	452.172	512.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (em milhares de reais)

Descrição	Companhia											Total			
	Capital social	Reservas de Capital					Reservas de Lucros						Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos sócios da controladora	
		Reserva especial de ação na incorporação	Reserva de ação na subscrição de ações	Ágio em transações de capital	Opções outorgadas	Total das reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto				Reserva de incentivos fiscais
Saldos em 01/01/2011	1.185.831	25.995	346.652	(6.923)	7.388	373.112	7.175	(58.944)	95.883	1.142.778	145.830	192	1.384.683	-	2.891.857
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	6.490	-	-	-	-	-	-	-	6.490
Aumento de capital com reservas de lucros	52.051	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(192)	(52.051)	-	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 22.5)	-	-	(4.049)	-	-	(4.049)	-	(10.409)	-	-	-	-	-	-	(14.458)
Opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecidas	-	-	-	-	10.492	10.492	-	-	-	-	-	-	-	-	10.492
Exercidas	-	-	-	-	(2.399)	(2.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.399)
Dividendos adicionais propostos pagos, conforme AGO/AGE de 31/03/2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.830)	-	-	(145.830)	-	(145.830)
Lucro líquido do exercício														445.682	
Destinação do lucro líquido do exercício:															
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	22.284	-	-	-	-	22.284	(22.284)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	202.228	-	-	-	202.228	(202.130)	98
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.850	-	-	105.850	(105.850)	-
Adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.977)	(29.977)
Intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.441)	(15.441)
Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31/12/2011	1.237.882	25.995	342.603	(6.923)	15.481	377.156	13.665	(69.353)	118.167	1.293.147	105.850	-	1.517.164	-	3.076.514
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	29.671	-	-	-	-	-	-	-	29.671
Aumento de capital com reservas de lucros	82.000	-	-	-	-	-	-	-	(82.000)	-	-	-	(82.000)	-	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 22.5)	-	-	(7.534)	-	-	(7.534)	-	(12.361)	-	-	-	-	-	-	(19.895)
Opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecidas	-	-	-	-	8.926	8.926	-	-	-	-	-	-	-	-	8.926
Exercidas	-	-	-	-	(2.119)	(2.119)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.119)
Dividendos adicionais propostos pagos, conforme AGO/AGE de 31/03/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.850)	-	-	(105.850)	-	(105.850)
Lucro líquido do exercício														483.248	
Destinação do lucro líquido do exercício:															
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	24.162	-	-	-	-	24.162	(24.162)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	317.684	-	-	-	317.684	(317.684)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.954	-	-	22.954	(22.954)	-
Adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.373)	(30.373)
Intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.445)	(61.445)
Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.630)	(26.630)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.630)	(26.630)
Saldos em 31/12/2012	1.319.882	25.995	335.069	(6.923)	22.288	376.429	43.336	(81.714)	60.329	1.610.831	22.954	-	1.694.114	-	3.352.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (em milhares de reais)

Atividades operacionais	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cobrança e contribuições	-	-	11.939.519	10.838.132
Seguros	-	-	10.997.872	9.812.900
Previdência privada	-	-	329.931	356.073
Planos administrados	-	-	558.603	630.759
Gestão de recursos	-	-	53.113	38.400
Sinistros e benefícios	-	-	(8.902.326)	(7.940.684)
Seguros	-	-	(8.075.949)	(7.130.589)
Previdência privada	-	-	(289.406)	(218.418)
Planos administrados	-	-	(536.971)	(591.677)
Salvados	-	-	136.691	157.869
Comissões	-	-	(1.250.265)	(1.186.636)
Resseguros	-	-	(257)	(11.393)
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos das atividades diretas	-	-	(40.881)	(237.313)
Despesas administrativas	(14.444)	(7.693)	(1.054.927)	(841.958)
Pessoal	(2.611)	(2.383)	(424.114)	(405.690)
Gerais	(11.833)	(5.310)	(630.813)	(436.268)
Tributos	(7.903)	(9.123)	(462.480)	(432.603)
Imposto de renda e contribuição social	(8.490)	(8.627)	(270.627)	(221.085)
PIS e COFINS	(30)	(36)	(111.206)	(119.991)
Outros	617	(460)	(80.647)	(91.527)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	198.312	306.125	-	-
Encargos financeiros	(156.459)	(18.475)	(179.528)	(37.803)
Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado	(24.438)	(7.106)	419.513	(770.883)
Compra	(452.984)	(40.688)	(5.217.406)	(7.865.124)
Venda	428.546	33.582	5.636.919	7.094.241
Rendimento de aplicações financeiras	29.			

Sul América S.A.

CNPJ: 29.978.814/0001-87

Companhia Aberta de Capital Autorizado

SulAmérica

associada ao ING 

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A SUL AMÉRICA S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que tem como principais acionistas a Sulasparr Participações S.A., com 60,13% das ações ordinárias e 33,47% de participação total, e a ING Insurance International B.V., com 12,93% das ações ordinárias e 32,46% das ações preferenciais e 21,59% de participação total. Em 03/10/2007, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro de companhia aberta, passando a ter suas *Units* negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) a partir de 05/10/2007, sob o código SULA11, listada no Nível 2 de Governança Corporativa. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas, nos segmentos de seguros de danos, pessoas, saúde e previdência complementar, prestação de serviços de assistência à saúde, bem como na administração de recursos de terceiros e administração de fundos de investimentos.

Nessas demonstrações financeiras, a Sul América S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “SulAmérica” é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A., suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados “Fundos Exclusivos”.

1.1. Aquisição da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP

Em 28/05/2012, a Companhia publicou um fato relevante informando que sua controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. firmou contrato de compra e venda de ações com a Saspar Participações S.A. (SASPAR) visando à aquisição da totalidade da participação detida pela SASPAR no capital social da Sul América Capitalização S.A. (SULACAP), representativa de 83,27% do capital social da SULACAP, pelo preço base de R\$512 milhões, podendo este valor ser incrementado em até R\$71 milhões desde que satisfizes determinadas condições previstas no contrato. A vendedora é controlada pela Sulsaa Participações S.A. (SULASA), sociedade controladora da Companhia.

A conclusão da aquisição será submetida oportunamente à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia e estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias pertinentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas IFRS e CPC

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e essas práticas diferem do IFRS, pois não existem demonstrações financeiras individuais no IFRS e *sim* demonstrações financeiras separadas, onde a avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) não é feita pelo método de equivalência patrimonial, como são as demonstrações financeiras individuais no BR GAAP, e sim pelo custo ou valor justo.

O BR GAAP compreende a legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM, vigentes na data da publicação destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão sendo apresentadas no mesmo conjunto, pois não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2013.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do passivo atuarial de benefícios de renda vitalícia e de indenização para executivos que é apurado pelo método da Unidade de Crédito Projetada e dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros derivativos (nota 6);
- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7);
- Os sinistros e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (nota 8);
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 8).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a SulAmérica atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da SulAmérica.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente;
- As contribuições para planos de previdência são reconhecidas como Rendas de Contribuições Retidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do exercício;
- As comissões de seguro dos ramos de riscos a decorrer, os agenciamentos de seguros, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de produção, custos terceiros e despesas de pessoal) liquidados das receitas com “custos de apólices” são registrados como custos de aquisição diferidos quando devidas. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e os agenciamentos referentes aos produtos de seguro saúde e de previdência privada são amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices. Os demais custos diferidos e as receitas com custo de apólice são apropriados, de forma linear, pelo prazo de vigência dos contratos de seguros, exceto para os produtos de seguro saúde e previdência privada, onde os demais custos são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica;
- Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*Incurred But Not Paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses – ALAE*), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses – ULAE*).

3.1.2. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na database das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

•Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (nota 5.4.2. – letra a) e de acordo com a gestão de riscos documentada.

•Derivativos

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por *swaps*, opções e contratos futuros. A operação de *swap*, que tinha por objetivo a proteção do montante principal das *senior notes* (vide notas 6.2 e 16.4) era avaliada pelo valor justo de acordo com a metodologia de contabilização de operações de *hedge* de fluxo de caixa, com o total das valorizações e desvalorizações efetivas, líquida de seus correspondentes efeitos tributários, contabilizada diretamente na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no patrimônio líquido. A efetividade deste *hedge* esteve sempre inserida na margem entre 80% e 125%.

3.2.2. Disponível para a venda

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há *impairment*, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a SulAmérica possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.4. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos denominados “*senior notes*”, foram liquidados em fevereiro de 2012 e estavam demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos, líquido dos custos de transação incorridos. Esses empréstimos e financiamentos que estavam em moeda estrangeira, estavam protegidos por instrumentos financeiros derivativos por meio de *hedge* de fluxo de caixa (vide nota 16.4).

Em 06/02/2012, foram emitidas debêntures que estão demonstradas pelo valor de contratação, líquidas dos custos de transações incorridos, atualizados pela variação acumulada das taxas médias diárias – DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, “*over extra grupo*”, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, na base de 252 dias úteis (vide nota 16.4).

3.5. Investimentos – Participações Societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas demonstrações financeiras individuais, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos nas demonstrações financeiras individuais; e
- O ágio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido.

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

• Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a SulAmérica investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente.

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras.

A ativação do imposto de renda e de contribuição social diferidos é estabelecida levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 3 a 10 anos.

3.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros, resseguros e previdência

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das demonstrações financeiras.

3.8.1. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ajustadas, quando aplicável, pelos seguintes aspectos:

- A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) requerida pela SUSEP é revertida para fins de consolidação por não representar uma obrigação presente;
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG), no passivo circulante, que não é requerida pela ANS, é reclassificada da conta de Prêmios a Receber - Faturamento Antecipado (conta retificadora do ativo), para fins de consolidação, visando a uniformização com os critérios contábeis estabelecidos pela SUSEP.

As provisões técnicas relacionadas ao seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) são registradas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

(a) Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas.

(b) Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG – RVNE)

A PPNG - RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida, de acordo com a avaliação atuarial anual efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso.

(c) Provisão de riscos não expirados (PRNE)

A PRNE é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base o prêmio de seguro ou a contribuição de previdência líquida de carregamento, divididos pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de vida individual e previdência complementar.

(d) Provisão de riscos não expirados para riscos vigentes mas não recebidos (PRNE - RVNR)

A PRNE - RVNR é constituída para apurar a parcela de prêmios e de contribuições ainda não recebidos relativos às apólices, contratos e certificados ainda não emitidos cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação do prêmio e da contribuição pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica de atrasos de recebimentos de acordo com a avaliação atuarial efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguros de vida individual e de previdência complementar.

(e) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a database das demonstrações financeiras, compreendendo:

- Para os ramos de danos e de pessoas, a PSL é constituída pelo valor dos sinistros avisados até a database, adicionada da ALAE. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR);

• Para apurar o IBNR, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. A estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos é líquida da estimativa de salvados a receber, calculada também pelo método dos triângulos de *run-off*.

• O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.1 item (h);

• Para o ramo de seguro saúde, a PSL é constituída pelo valor da faturas dos prestadores de serviços, adicionada das ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; e

• Adicionalmente, a PSL em controladas que operam com seguros e previdência provisionam as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas “ULAE”. A ULAE da PSL é calculada para todos os segmentos das controladas que operam com seguros e previdência. A ULAE para os ramos de danos e de pessoas é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros.

(f) Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais

As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a estimativa de perda que pode ser classificada como provável, possível ou remota. No caso de processos judiciais considerados semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração fatores específicos calculados tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordos com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês.

As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões Técnicas - Seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais” no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

(g) Provisão de benefícios a regularizar (PBAR)

A PBAR relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual corresponde ao total dos benefícios de pecúlios e rendas vencidos e não pagos aos participantes e beneficiários calculados com base nos avisos recebidos em decorrência de eventos já ocorridos, incluindo atualização monetária. Para os contratos de seguros de vida individual com regime de repartição simples, a PBAR é ajustada com base em cálculos estatístico-atuariais. Tais cálculos se baseiam na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não pagos (IBNP) e calculada com base em métodos estatísticos conhecidos como triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos pagamentos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência de sinistros. O desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. Tomando-se a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos e subtraindo-se a estimativa final de sinistros ocorridos mas não avisados, obtém-se o valor estatístico de ajuste, que se refere ao desenvolvimento futuro dos sinistros já ocorridos, e que é proporcionalmente registrado parte como ajuste da PBAR e parte como ajuste de IBNR.

(h) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

A IBNR (*Incurred But Not Reported*) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a database das demonstrações financeiras e considera:

- Para os ramos de seguros de danos e de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não avisados, adicionada das ALAE. A IBNR é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável considerando a experiência histórica. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. Tal ajuste é calculado conforme descrito na nota 3.8.1 item (e);

- Para o ramo de seguro de saúde, a IBNR é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo saúde o desenvolvimento histórico observado é de 36 meses;

- Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica representativa, a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação de percentuais estabelecidos pela legislação vigente no somatório das contribuições ou prêmios e no somatório dos benefícios pagos ou sinistros pagos nos últimos 12 meses;
- A ULAE da IBNR é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam com seguros e previdência. A ULAE para o ramo de danos e pessoas é obtida a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR.

(i) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - Judicial

A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial já controladas que operam com seguros, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico por tais controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pletear a indenização às mencionadas controladas.

A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída para os ramos de danos e de pessoas, com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os:

- Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação;

• Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial;

- Valor médio dos sinistros judiciais registrados nas rubricas de “Provisões técnicas – Seguros” e de “Provisões técnicas – Previdência complementar” em disputa judicial, resultando no valor médio das causas.

(j) **Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC)**

A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e abrange os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábuas de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria.

(k) **Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC)**

A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar, de saúde e de seguros de vida individual no regime de capitalização e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBC, relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização é calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa dos contratos para a database das demonstrações financeiras, dos participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das garantias contratadas de tábuas de mortalidade e de juros. A PMBC para os ramos de saúde é constituída para a garantia dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada para a database das demonstrações financeiras.

(l) **Provisão de excedentes financeiros (PEF)**

A PEF é constituída para os contratos de previdência complementar que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou a atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.

(m) **Provisão de oscilação de riscos (POR)**

A POR tem como objetivo reduzir o risco de eventuais oscilações no volume dos sinistros dos contratos de previdência complementar. A POR é calculada de forma estocástica, com base na experiência histórica das oscilações de sinistralidade, projetando-se 30.000 possíveis cenários de sinistralidade e observando-se a possível necessidade de provisão adicional para cada um dos cenários. A POR corresponde à soma de tais provisões adicionais necessárias para os 29.700 cenários mais prováveis, garantindo assim provisão suficiente para reduzir a probabilidade de ruína da carteira a 1%.

(n) **Provisão para despesas administrativas (PDA)**

A PDA é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. A PDA é contabilizada nas rubricas de “Provisões técnicas - Seguros” e “Provisões técnicas – Previdência complementar”, no passivo circulante e não circulante. A PDA é calculada com base nas despesas administrativas estimadas para os pagamentos de futuros benefícios descontadas pela taxa dos contratos para a database das demonstrações financeiras. Para isso, projeta-se o fluxo de pagamentos esperados, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilizando a tábuas de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios.

(o) **Provisão de oscilação financeira (POF)**

A POF é constituída para as operações de previdência complementar conhecidos como “Planos Tradicionais”. A POF é contabilizada, quando necessária, na rubrica “Provisões técnicas – Seguros” e “Provisões técnicas – Previdência complementar”, no passivo não circulante, e é calculada com o objetivo de dar cobertura a eventuais desvios futuros entre o índice de inflação estabelecido no contrato e a variação anual dos benefícios de aposentadoria pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), conforme condições específicas de contrato coletivo mantido pela controlada Sul América Seguros de Pessoas e Previdêcia S.A. denominada “SULASEG”. A metodologia considera a taxa de juros de acordo com a garantia mínima definida e cenários estocásticos de índices de inflação, dos quais 100 possíveis cenários econômicos são projetados. A POF é equivalente ao somatório de tais provisões técnicas adicionais para os 50 casos mais prováveis, garantindo assim uma reserva suficiente na melhor estimativa. No estudo, a POF só apresentou valor a partir do 87º percentil, garantindo a segurança da reserva.

(p) **Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)**

A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos.

• Para os contratos de seguros de vida em regime de capitalização, a PIP se faz necessária, pois o prêmio da maioria dos contratos está remido. Para estes contratos, a PIP é equivalente às obrigações futuras esperadas com benefícios e demais despesas futuras descontadas para a database das demonstrações financeiras;

• Para os contratos de saúde, a PIP visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos. A metodologia observa a fórmula estabelecida na legislação vigente e não indica a necessidade de constituição de PIP;

• Para alguns contratos de seguro de vida individual com a figura de estipulante, a PIP é necessária e equivalente ao valor descontado para a database das demonstrações financeiras do fluxo esperado projetado dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros destes contratos; e

• Para os demais contratos de seguros de pessoas e para os contratos de seguros de danos foi realizada uma análise através da projeção de um fluxo de caixa futuro considerando os contratos vigentes na data de balanço e premissas atuariais correntes. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Os contratos foram agrupados segundo a natureza dos riscos cobertos conforme classificação definida pela SUSEP.

Em 31/12/2012 e 2011, o resultado desta análise indicou que o valor contábil dos passivos era inferior aos fluxos de caixa futuros esperados somente nos contratos de seguros coletivos de pessoas.

(q) **Provisão de insuficiência de contribuições (PIC)**

Para os contratos de previdência complementar, a PIC visa cobrir possíveis deficiências das provisões matemáticas de benefícios a conceder, de benefícios concedidos e da provisão de riscos não expirados

Sul América S.A.

CNPJ: 29.978.814/0001-87
Companhia Aberta de Capital Autorizado



SulAmérica

associada ao ING

com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. Os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia e do Programa de Indenização para Executivos estão sendo amortizados e reconhecidos no resultado do exercício pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano.

3.12. Pagamento com base em ações

O valor justo da remuneração dos participantes do Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia é reconhecido na data de outorga, na rubrica “Despesas Administrativas”, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, na rubrica “Reservas de capital”, pelo período em que os beneficiários adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa administrativa é ajustado com base no modelo *Black-Scholes* para contabilizar as opções simples emitidas nos programas de 2008, 2009 e 2010 e com base no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012, e assim refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vested*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

3.13. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.14. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas e considera a média ponderada da base de ações em circulação durante o exercício e as metodologias de cálculo denominadas: “básico” e “diluído”. O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- O cálculo baseado na média diária;
- A média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em tesouraria, deduzida do número total de ações; e
- As quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, durante o exercício, no ajuste da média ponderada.

3.15. Informações por segmento de negócios

A apresentação por segmentos de negócios (nota 23) leva em consideração a estrutura utilizada pela Administração na análise de resultado para a tomada das decisões, na composição e apresentação dos segmentos em relatórios internos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles, e a relevância dessas informações. Os segmentos de negócios utilizados pela Administração são:

- **Saúde**
O segmento, que inclui o odontológico, é dividido em “grupal” e “individual”. O grupal é o seguro saúde voltado para pequenas, médias e grandes empresas. Os produtos disponíveis possuem condições diferenciadas, atendendo o perfil de cada empresa. O individual atende a pessoa física e possui características padronizadas.

- **Danos**
O segmento “Danos” é formado pelos seguros de automóveis e os demais ramos elementares, denominados Riscos Industriais e Comerciais (RIC). O seguro de automóveis garante ao segurado indenizações pelos sinistros ocorridos decorrentes de eventos cobertos pela apólice. Os diversos tipos de indenizações, serviços e benefícios variam de acordo com o perfil do segurado e condições contratuais. Em outros ramos elementares há os riscos industriais e comerciais, formado pelos seguros de condomínios, transportes, seguros para cascos marítimos, responsabilidade civil, risco de engenharia e riscos diversos.

- **Pessoas**
O segmento “Pessoas” é formado pelos seguros de vida e previdência. O seguro de vida é composto por seguro de vida individual, grupal e acidentados pessoais, individual e coletivo. O conjunto de coberturas definido e os prêmios pagos variam de acordo com o perfil e o objetivo de cada segurado ou grupo de segurados. A previdência é um produto no qual o cliente escolhe um perfil que se identifique (moderado, agressivo e conservador) e faz seus aportes periódicos, com base no montante que deseja ter na aposentadoria. As formas de pagamentos dos benefícios são negociadas no momento da aposentadoria.

- **Outros**
Resultados da atividade de Assistência e Saúde Ocupacional (ASO), operada pela controlada Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada “NOVA SULAMED” e de atividades financeiras, operadas pela controlada Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada “SAMII”, e os alocados às unidades corporativas de apoio.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações de valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas (que no IFRS representam informação financeira adicional) e individuais (que no BR GAAP são mandatórias para as companhias abertas).

3.17. Contratos de seguro

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11.

3.18. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 7);
- Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (notas 6 e 8);
- Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 11.1.2);
- Custo de aquisição diferidos (nota 14);
- Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 19);
- Ações fiscais (nota 21.2).

3.19. Reclassificações

As demonstrações financeiras comparativas de 31/12/2011 foram reclassificadas para atender a Circular SUSEP nº 430/2012. A única alteração ocorreu nas contas patrimoniais e refere-se a reclassificação da subconta “Outros Créditos Operacionais” para o nível de conta, removendo-a do grupo de contas “Crédito das Operações com Seguros e Resseguros”. O valor em 31/12/2011 é de R\$206.013 no consolidado. A Administração da Companhia julgou que o impacto dessa reclassificação nos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 01/01/2011 não é relevante, pois não afeta o capital circulante líquido, patrimônio líquido ou lucro líquido do período e, portanto, não é significativo para a compreensão dessas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data.

3.20. Normas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas e emendas a normas IFRS, emitidas pelo IASB, não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para algumas delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes. A adoção antecipada destas normas pela SulAmérica está condicionada a aprovação prévia pela CVM. São as normas:

• Revisadas

(a) IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis (*Presentation of financial statements*)

Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(b) IAS 16 – Ativo imobilizado (*Property, plant and equipment*)

Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IAS 19 / CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (*Employee benefits*)

Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(d) IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (*Investments in associates*)

Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(e) IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação (*Financial Instruments: Presentation*)

Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014.

Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(f) IAS 34 – Demonstração intermediária (*Interim financial reporting*)

Em dezembro de 2011, houve mais uma revisão desta norma, que trata da informação por segmento de ativos e passivos totais em consonância com os requisitos do IFRS 8.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(g) IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (*Financial Instruments: Disclosures*)

Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desconhecidos ou não.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

• Novas

As seguintes normas internacionais (IFRS e CPC) novas também foram emitidas:

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (*Financial instruments*)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo macro *hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015.

(b) IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas (*Consolidated financial statements*)

Em maio de 2011 foi emitida a norma com o objetivo de estabelecer princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto (*Joint arrangements*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(d) IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de participação em outras entidades (*Disclosure of interests in other entities*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(e) IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do valor justo (*Fair value measurement*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir “valor justo” em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a SulAmérica analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas.

4. Consolidação

• Combinação de negócios

As combinações de negócios são registradas na data em que o controle é transferido para uma das empresas da SulAmérica, pelo método de aquisição. O ágio é apurado e registrado em investimentos, nas demonstrações financeiras individuais, e em intangível, nas demonstrações financeiras consolidadas. A compra vantajosa, quando apurada, é registrada imediatamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado, quando incorridos.

• Aquisição de participação de acionista não controlador

É registrada como transação de capital conforme o IAS 27 e ICPC 09 e o ágio gerado nesta aquisição é contabilizado no patrimônio líquido.

• Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas a partir da data da aquisição do controle ou quando da autorização do órgão regulador competente, quando for o caso, e até que este controle seja extinto.

• Práticas adotadas na consolidação

(a) Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e as controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;

(b) Eliminação dos investimentos da Companhia nas empresas controladas, incluídas na consolidação;

(c) Algumas controladas elaboram suas demonstrações financeiras de acordo com práticas estabelecidas pelos órgãos reguladores de suas atividades (SUSEP, ANS e Banco Central do Brasil – BACEN). Algumas dessas práticas são ajustadas para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas consolidadas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

• Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia, das suas controladas, relacionadas a seguir, e dos fundos de investimentos dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivas:

Empresas	Principal atividade	Sede	Participação (%) sobre o capital total 2012		Participação (%) sobre o capital total 2011	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Sul América Companhia Nacional de Seguros - SALIC Saepar Serviços e Participações S.A. - SAEPAR	Seguradora Participação	Rio de Janeiro Rio de Janeiro	24,45 100,00	75,55 -	24,45 100,00	75,55 -
Sul América Saúde Companhia de Seguros - SULASAÚDE (II) Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - SULASEG	Saúde Seguradora	Rio de Janeiro Rio de Janeiro	- -	100,00 100,00	- -	100,00 100,00
Sul América Companhia de Seguro Saúde - Cia. SAÚDE (I) Sul América Companhia de Seguros Gerais - SASG	Seguradora	Rio de Janeiro Rio de Janeiro	31,03 -	68,97 100,00	31,03 -	68,97 100,00
Sul América Seguro Saúde S.A. - SAÚDE Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - SAMII	Saúde Gestão de Recursos de	Rio de Janeiro	-	100,00	-	100,00
<i>Cival Reinsurance Company Ltd.</i> Sul América Santa Cruz Participações S.A. - SANTA CRUZ	Terceiros Participação	São Paulo Ilhas Cayman Rio de Janeiro	- -	100,00 100,00	- -	100,00 100,00
Sul América Serviços de Saúde S.A. - NOVA SULAMED	Operadora de Planos de Saúde Operadora de Planos de	Saúde São Paulo	- -	100,00	- -	100,00
Sul América Odontológico S.A. - SULODONTO (I)	Saúde Odontológico Operadora de Planos de	São Paulo	-	100,00	-	100,00
Dental Plan Ltda. - DENTAL PLAN (I)	Saúde Odontológico	Pernambuco	-	-	-	100,00

(I) Aquisição da DENTAL PLAN

Em 18/04/2011, foi aprovado o contrato celebrado em 13/12/2010 para a aquisição de 100% da DENTAL PLAN, no montante de R\$31.057. Com essa aquisição, a SulAmérica ampliou a sua atuação no segmento odontológico.

O ágio de R\$30.300, gerado na transação, foi contabilizado no consolidado na rubrica “Intangível”. Tem como fundamentação a expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de fluxo de caixa a valor presente e considera premissas estratégicas determinadas pela Administração.

O ágio oriundo da aquisição da DENTAL PLAN decorre de expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor recuperável do ágio foi determinado pelo valor em uso, obtido por meio de modelo de fluxo de caixa projetado do negócio pelo prazo de 9 anos, que é o prazo levado em consideração na análise de compra para se ter o retorno esperado, tomando como base as demonstrações financeiras de 2012 e 2011, respectivamente, e descontado a uma taxa interna de retorno da SulAmérica. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico e expectativas econômicas futuras, sendo a taxa de crescimento na perpetuidade de 5%. Nessa avaliação, não foram, identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em uso é superior ao valor contábil do ágio.

A DENTAL PLAN passou a ser consolidada a partir de abril de 2011 e contribuiu com uma receita de R\$ 15.078 e um lucro líquido de R\$ 2.426, entre a data da aquisição e 31/12/2011. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 01/01/2011 a Administração estimou que a DENTAL PLAN contribuiria com uma receita de R\$ 19.418 e um lucro líquido de R\$ 3.027 nas demonstrações financeiras consolidadas de 2011.

O valor total do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura poderá ser dedutível para fins fiscais de acordo com a legislação vigente.

A SULODONTO incorporou a DENTAL PLAN, durante o ano de 2012. Esse evento não gera impacto nessas demonstrações financeiras consolidadas.

(II) Alteração da razão social da Brasilaúde Companhia de Seguros (BRASILSAÚDE)

Em 18/09/2012, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da BRASILSAÚDE para Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAÚDE).

• Fundos de investimentos exclusivos

As demonstrações financeiras dos fundos de investimentos dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivas são consolidadas a partir da data da aquisição do controle até que este controle seja extinto.

A seguir, os fundos de investimentos cujas controladas são cotistas exclusivas e por isso fazem parte do consolidado:

Cotista	Fundos exclusivos	CNPJ
CTIA, SAÚDE	SUL AMÉRICA PLATINUM FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.299.505/0001-50
NOVA SULAMED	SUL AMÉRICA ADMINISTRADO CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	09.411.704/0001-21
SAEPAR	GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	08.533.656/0001-81
SALIC	SI-CREDI - FUNDO DE INVESTIMENTO SULAMÉRICA CRÉDITO PRIVADO REFERENCIADO DI	11.451.972/0001-19
SANTA CRUZ	PARTICIPAÇÕES CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	09.637.456/0001-31
SANTA CRUZ	SASA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI MULTIMERCADO	08.637.022/0001-31
SANTA CRUZ	SULA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	07.848.605/0001-86
SASA	FUNDO DE INVESTIMENTO SASA HEDGE MULTIMERCADO COM INVESTIMENTO NO EXTERIOR	08.516.203/0001-58
SAÚDE	GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	08.648.722/0001-69
SULASEG	GERAÇÃO FUTURO PROGRAMADO 49 PREVIDÊNCIA FICFI MULTIMERCADO	13.255.308/0001-20
SULASEG	SULAMÉRICA ALBATROZ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	09.411.684/0001-99
SULASEG	SUL AMÉRICA BADEJOI FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	05.508.529/0001-34
SULASEG	SUL AMÉRICA SAP CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.004.427/0001-56
SULASEG	SUL AMÉRICA EFFECTUS PREV FI MULTIMERCADO	11.314.728/0001-04
SULASEG	SULAMÉRICA EQUIPE PREV FI MULTIMERCADO	13.255.297/0001-88
SULASEG	SUL AMÉRICA ESPECIAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.127.428/0001-25
SULASEG	SUL AMÉRICA ESTRATÉGIA PREV FI MULTIMERCADO	08.966.553/0001-05
SULASEG	FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA FATOR PREVIDÊNCIA IPCA	11.314.690/0001-70
SULASEG	FUNDO DE INVESTIMENTO FATOR PREVIDÊNCIA I RENDA FIXA	13.822.987/0001-71
SULASEG	SUL AMÉRICA SAP GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.498.201/0001-96
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 II FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.195/0001-22
SULASEG	SUL AMÉRICA FUTURE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.321/0001-89
SULASEG	SULAMERICA MIX 30 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.061.652/0001-97
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 VI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.201/0001-41
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 V FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.322/0001-27
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 IV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.056.135/0001-20
SULASEG	SULAMERICA MIX 15 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.077.193/0001-77
SULASEG	SULAMERICA MIX 49 I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.616.035/0001-00
SULASEG	SULAMERICA HEMATITA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.324/0001-12
SULASEG	SUL AMÉRICA EMPRESAS AUTO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.549.144/0001-15
SULASEG	SULAMÉRICA PRESTIGE INFLATIE FICFI	13.768.597/0001-60
SULASEG	SUL AMÉRICA LFA PREV FICFI MULTIMERCADO	09.598.788/0001-54
SULASEG	MATUSA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	14.843.244/0001-40
SULASEG	SULAMERICA MIX 20 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.307.621/0001-00
SULASEG	SULAMERICA MIX 40 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.484.351/0001-76
SULASEG	SULAMÉRICA MULTICARTEIRA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	08.702.303/0001-68
SULASEG	NBF SUL AMÉRICA F11 PREV FICFI MULTIMERCADO	11.306.059/0001-29
SULASEG	SULAMÉRICA NEST PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.303/0001-05
SULASEG	OREY SUL AMÉRICA PREV FIC DE FI MULTIMERCADO	11.306.071/0001-33
SULASEG	SULAPREVI INDIVIDUAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.508.431/0001-87
SULASEG	SUL AMÉRICA PRESTIGE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	10.394.850/0001-75
SULASEG	SULAMÉRICA PRESTIGE TOTAL PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.292/0001-55
SULASEG	SULAMERICA PROTEÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	07.911.460/0001-10
SULASEG	RA FICFI MULTIMERCADO	11.306.087/0001-46
SULASEG	SAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.182.384/0001-07
SULASEG	SULAPREVI CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.181.085/0001-40
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.330/0001-73
SULASEG	SULAMERICA MIX 15 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.812.005/0001-44
SULASEG	SULAMERICA MIX 30 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.811.761/0001-59
SULASEG	SULAMERICA MIX 49 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.811.681/0001-01
SULASEG	SULAMÉRICA TI 35 PREV FICFI MULTIMERCADO	10.896.023/0001-80
SULASEG	SULAMÉRICA TI PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	10.383.755/0001-76
SULASEG	TITANUM SAS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.474.265/0001-57
SULAMÉRICA	GRUPAL CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	08.648.673/0001-64

5. Gestão de riscos

A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais:

- Controlar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista;
- Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas;
- Prover melhorias de alocação de capital.

Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relação com Investidores, Diretor de Riscos e Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que estão sujeitas a SulAmérica, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização;
- Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital;
- Reportar a Alta Administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;
- Aprovar os níveis de retenção de risco por

Sul América S.A.

CNPJ: 29.978.814/0001-87

Companhia Aberta de Capital Autorizado



Sul América

associada ao ING

Operações de resseguro

Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por rating e limite de crédito por ressegurador.

A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. A aprovação do contrato deve ser feita pelo CoR e qualquer exceção a política ao que se refere a risco de crédito, deverá ser tratada como uma solicitação especial a ser enviada para a análise do Comitê ou a quem esse Comitê delegar a autoridade da decisão.

Para o acompanhamento do risco de crédito de resseguro, mensalmente é divulgado para o CoR uma listagem indicando a exposição de risco de crédito dos resseguradores que já estejam operando e a exposição adicional que poderá ser colocada, conforme definido nas normas para colocação de resseguro. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios.

A exposição total a risco de crédito de operações de resseguro considera todo e qualquer valor que possa impactar a SulAmérica em caso de falência do ressegurador como, por exemplo, o capital regulatório de subscrição adicional que a SulAmérica deveria constituir caso os resseguradores não honrassem as suas obrigações, além dos saldos ativos registrados no balanço patrimonial, substancialmente apresentadas nas contas a seguir:

- Ativos de resseguro e retrocessão – Provisões técnicas;
- Créditos de resseguros; e
- Ativos de operações de resseguradoras.

A exposição em 31/12/2012 é de R\$344.280 (R\$714.379 em 2011), concentrada em empresas com rating AA- e A- (IRB Brasil RE).

Categoria	Consolidado	
	2012	2011
Danos	328.312	579.658
Pessoas	11.987	18.536
Saúde	1.113	114.247
Outros	2.868	1.938
Total	344.280	714.379

Classe	Categoria de risco	2012		2011	
		Exposição	%	Exposição	%
Local	A-	247.459	71,88%	415.972	58,23%
Local	-	23.696	6,88%	165.557	23,17%
Eventual	A-	1.237	0,36%	1.863	0,26%
Eventual	A	584	0,17%	2.875	0,40%
Eventual	A+	26.308	7,64%	6.722	0,94%
Eventual	AA-	-	0,00%	57.334	8,03%
Admitido	A-	107	0,03%	137	0,02%
Admitido	A	369	0,11%	3.268	0,46%
Admitido	A+	11.424	3,32%	7.104	0,99%
Admitido	AA-	32.228	9,36%	53.495	7,49%
Admitido	AA	868	0,25%	52	0,01%
Total		344.280	100,00%	714.379	100,00%

Em 31/12/2012, há basicamente R\$310.000 em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais com probabilidade de êxito "possível" e, portanto, não está contabilizado, conforme determina a prática contábil.

Ressegurador admitido: Sediado no exterior, com escritório de representação no País; Ressegurador eventual: Sediado no exterior e sem escritório de representação no País; e Ressegurador local: Sediado no País.

5.4.2. Risco de mercado É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: métricas de risco, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco de renda variável e risco de inflação.

- As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: o Processo de gerenciamento de ativos e passivos (ALM) monitorado regularmente pelo ALCO (Assets and Liabilities Committee); Elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos para cada uma das empresas controladas e a Companhia, onde são considerados os seguintes aspectos: perfil do negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez; Instrumentos derivados para diminuir os impactos da taxa de juros; Limites máximos de VaR (Value at Risk); Limites máximos de análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing"; Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; e Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.

• **Processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização – ALM** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SAMI. Apenas 2,38% em 31/12/2012 (1,68% em 2011) do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI.

O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de provisão técnica. Desta forma, foi formado um grupo de trabalho permanente para a discussão do assunto e efetuar estudos de ALM visando identificar quais ativos melhor replicam as principais características dos passivos (taxa de juros, indexadores, fluxo de pagamento, duration, etc).

Com base nestes estudos de ALM, e respeitando as regras definidas no Mandato de Investimentos, o gestor de recursos efetua a alocação em ativos visando mitigar o risco de descasamento entre ativos e passivos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos.

(a) **Acompanhamento do ALM e risco de mercado** Periodicamente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem ao Comitê de Investimentos e a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos e a área financeira discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data.

• **Métricas de risco** Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o stress testing. O VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Já o stress testing tem o objetivo de verificar a perda esperada em cenários extremos de ruptura (worst case scenario). Desta forma, o risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR e stress testing, além de análises sobre o risco incremental para alocação de ativos e estudos específicos em relação a alteração na carteira de investimentos.

Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela SulAmérica, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2012 e 2011, contemplando o banco, as operações compromissadas e o contas a pagar e a receber dos fundos de investimentos exclusivos. Em 31/12/2012, o valor alocado em PGBl e VGBL é de R\$2,7 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2011).

Os investimentos decorrentes de contribuições dos planos de previdência PGBl e VGBL não traduzem risco para a SulAmérica, sendo responsabilidade do participante do plano o direcionamento do investimento.

• **Risco cambial** A política não permite a exposição cambial, exceto quanto a certas operações de ramos elementares, que devido a natureza da operação as apólices precisam ser feitas em moeda estrangeira. O monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras é feito em função dos contratos de seguros e resseguros lastreados em moedas estrangeiras e dos empréstimos e financiamentos por meio de contratos de derivativos, principalmente contratos futuros e de swaps, com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado.

Os saldos ativos e derivativos em dólares norte-americanos, em 2012, montam US\$219,992 mil (US\$213,961 mil em 2011) e os saldos passivos montam US\$219,812 mil (US\$215,457 mil em 2011) no Consolidado. Em 2012, a Companhia não possui saldo em dólares. Em 2011, os saldos ativos e derivativos foram de US\$140,308 mil e os saldos passivos foram de US\$138,916 mil.

Em 31/12/2012, o montante de risco cambial inclui basicamente US\$1.500,000 provenientes de sinistros judiciais com probabilidade de êxito "possível" e, apesar de não estar contabilizado, conforme determina a prática contábil, é considerado para fins de exposição cambial.

• **Risco de renda variável** A SulAmérica não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos de risco próprio que garante a cobertura das provisões técnicas, exceto pelos ativos de previdência (PGBl e VGBL) no montante de R\$226.414 em 31/12/2012 (R\$220.140 em 2011), os quais não representam riscos para a SulAmérica. Em 31/12/2012, a posição de renda variável oriunda dos lastros dos fundos de investimentos exclusivos, consolidados nestas demonstrações financeiras é de R\$120.881 (R\$76.385 em 2011).

• **Risco de liquidez** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Desta forma, são mantidos ativos com liquidez suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo das carteiras.

Em relação à Companhia, esta apresentou capital circulante negativo em 31/12/2011, no montante de R\$ 175.400, influenciado pelo vencimento das senior notes mencionadas na nota 16.4, as quais foram liquidadas em 15/02/2012, basicamente com recursos de dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos das controladas no início de 2012.

Em 31/12/2012 e 2011 os vencimentos dos principais instrumentos financeiros e das provisões técnicas eram os seguintes:

Descrição	Companhia				Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Outras	
Instrumentos financeiros					
Equivalentes de caixa	350	-	-	-	350
Aplicações financeiras	101.899	131.887	51.010	284.796	285.086
Valor justo por meio do resultado	74.839	5.079	-	79.918	80.051
Disponível para venda	27.060	126.808	51.010	204.788	205.035
Empréstimos e financiamentos	15.570	499.074	-	514.644	514.644
Debêntures	15.570	499.074	-	514.644	514.644
Companhia					
Até 02 anos ou sem vencimento	191.011	-	-	-	191.011
Mais de 02 anos e até 05 anos	2.733.845	1.848.154	535.497	706.748	5.933.373
Mais de 05 anos e até 10 anos	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
Valor contábil	2.924.856	1.848.154	535.497	706.748	5.933.373

Descrição	Companhia				Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Outras	
Instrumentos financeiros					
Equivalentes de caixa	332	-	-	-	332
Aplicações financeiras	81.860	8.280	5.022	95.162	95.464
Valor justo por meio do resultado	50.300	733	5.022	56.055	56.261
Disponível para venda	31.560	7.547	-	39.107	39.203
Empréstimos e financiamentos	351.997	-	-	351.997	350.867
Senior notes	351.997	-	-	351.997	350.867
Companhia					
Até 02 anos ou sem vencimento	191.011	-	-	-	191.011
Mais de 02 anos e até 05 anos	2.733.845	1.848.154	535.497	706.748	5.933.373
Mais de 05 anos e até 10 anos	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
Valor contábil	2.924.856	1.848.154	535.497	706.748	5.933.373

Descrição	Companhia				Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Outras	
Instrumentos financeiros					
Equivalentes de caixa	191.011	-	-	-	191.011
Aplicações financeiras	2.733.845	1.848.154	535.497	706.748	5.933.373
Valor justo por meio do resultado	771.282	399.878	41.929	112.231	1.385.320
Disponível para venda	2.020.795	1.058.522	279.977	24.521	2.855.563
Mantido até o vencimento	774	351.755	198.970	568.449	1.119.648
Empréstimos e financiamentos	15.570	499.074	-	514.644	514.644
Debêntures	15.570	499.074	-	514.644	514.644
Seguros e resseguros	3.243.759	270.658	231.650	191.827	-
Provisões técnicas					
Ativos de resseguros	138.683	25.850	123.610	6.914	-
Passivos de seguros e previdência (1)	3.382.442	296.500	355.267	198.741	-
Total	6.726.201	572.998	479.470	322.369	6.677.038

(1) Na coluna "Outras" há, principalmente, R\$590.712 de PMBAC, R\$76.757 de IBNR, R\$75.915 de IBNC (Incurred But Not Cited) e R\$6.999 de Provisão para Excedente Financeiro.

Descrição	Companhia				Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Outras	
Instrumentos financeiros					
Equivalentes de caixa	253.825	-	-	-	253.825
Aplicações financeiras	2.503.343	1.595.847	698.318	667.575	5.465.083
Valor justo por meio do resultado	771.282	399.878	41.929	112.231	1.385.320
Disponível para venda	1.492.543	1.058.522	279.977	24.521	2.855.563
Mantido até o vencimento	239.518	137.447	316.412	590.823	1.284.200
Empréstimos e financiamentos	351.997	-	-	351.997	350.867
Senior notes	351.997	-	-	351.997	350.867
Seguros e resseguros	3.047.730	258.580	242.466	248.445	-
Provisões técnicas					
Ativos de resseguros	301.021	51.135	107.004	78.502	-
Passivos de seguros e previdência (1)	3.348.751	309.715	349.470	326.947	-
Total	6.726.201	572.998	479.470	322.369	6.677.038

(1) Na coluna "Outras" há, principalmente, R\$525.904 de PMBAC R\$74.508 de IBNR, R\$18.041 de Provisão de Benefícios a Regularizar, R\$ 14.694 de Provisão para Insuficiência de Prêmios e R\$14.643 de Retrocessão.

Os demonstrativos acima não apresentam os seguintes saldos referentes ao PGBl e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo.

Descrição	Companhia				Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Outras	
Instrumentos financeiros					
Equivalente de caixa	665.638	-	-	-	665.638
Aplicações financeiras	2.021.067	-	-	-	2.021.067
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos de seguros e previdência	2.696.038	2.339.126	-	-	5.035.164
Total	3.392.743	2.339.126	-	-	5.731.869

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade, foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela.

• **Risco de inflação** O objetivo de identificar quem parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros é indexado a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitas a atualização monetária por índices de inflação. Adicionalmente, a SulAmérica possui produtos com garantias indexadas a inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2012, as controladas que operam com seguros registraram aproximadamente R\$1,4 bilhão (R\$1,2 bilhão em 2011) e a controlada que opera com contratos de previdência complementar conhecidos como "Planos Tradicionais" registraram R\$1 bilhão (R\$0,9 bilhão em 2011) de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo (na maioria dos casos com vigências anuais), as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos são alocados em diversos vencimentos.

Além da alocação baseada nos estudos de ALM, o gestor dos investimentos pode optar por alocar em ativos indexados a inflação nas demais carteiras que não tem restrição de ALM desde que respeitando todos os limites e restrições definidos no Mandato de Investimentos.

• **Instrumentos financeiros derivativos** As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, com objetivo de proteção da carteira. A utilização de instrumentos financeiros derivativos nas controladas da atividade de seguros e previdência obedece as normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos para estas controladas.

É permitido deter posições de investimentos que utilizem derivativos que não sejam exclusivamente para hedge nas demais controladas que não estão sujeitas a estas determinações, mediante a pré-approvação do Comitê de Investimentos.

Os instrumentos financeiros derivativos - swaps e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimentos exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros, conforme estudo de ALM.

5.4.3. Risco de subscrição O risco de subscrição é o risco de que a empresa não consiga obter o número de apólices necessário para cobrir o custo das operações. Este risco pode ocorrer devido a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas.

O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões.

(a) **Uso de modelos internos** As controladas que operam com seguros e previdência dispõem de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do apuro, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão.

Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvios na constituição das provisões técnicas.

(b) **Risco de subscrição, precificação, definição dos produtos, retenção líquida e risco moral** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, as controladas que operam com seguros e previdência realizam periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados:

- **Definições do produto:** análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas;
- **Estudo mercadológico:** avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes nas controladas que operam com seguro;
- **Expectativa de vendas:** revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;
- **Precificação (P/LC/G):** estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;
- **Outros:** o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude, lavagem de dinheiro e sustentabilidade.

Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas das controladas que operam com seguro.

O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente, o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da empresa.

(c) **Análise de sensibilidade em saúde, danos e pessoas** A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, por segmento, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou custos de aquisição:

Premissas	Consolidado 2012				
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Pessoas * Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade	(68.828)	(68.593)	(29.966)	(24.436)	(5.076)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(4.257)	(4.257)	(4.207)	(4.207)	(699)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(4.655)	(4.655)	(4.977)	(4.977)	(1.291)
Total	(77.740)	(77.505)	(39.150)	(33.620)	(7.066)

Premissas	Consolidado 2011				
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Pessoas * Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade	(52.547)	(51.513)	(22.696)	(21.400)	(2.865)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(3.747)	(3.747)	(2.936)	(2.936)	(515)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(3.814)	(3.814)	(4.805)	(4.805)	(1.072)
Total	(60.108)	(59.074)	(29.437)	(29.141)	(4.552)

* A informação está apresentada sem "previdência", que está sendo demonstrada a seguir, separadamente, devido às suas especificidades.

(d) **Análise de sensibilidade em previdência** A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, devido à oscilações nas despesas administrativas, nos resgates e na mortalidade.

Premissas	Consolidado 2012				
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Pessoas * Líquido de resseguro
Acrescimo de 10% nas despesas administrativas	-	-	-	-	(5.347)
Decréscimo de 10% nas despesas administrativas	-	-	-	-	5.347
Acrescimo de 10% nos resgates	-	-	-	-	1.024
Decréscimo de 10% nos resgates	-	-	-	-	(1.024)
Acrescimo de 1% na mortalidade	-	-	-	-	1.416
Decréscimo de 1% na mortalidade	-	-	-	-	(1.416)
Total	-	-	-	-	(1.024)

8.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Companhia		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2011	56.248	87.248	143.496
Aplicações	40.688	84.999	125.687
Rendimento resgate	(1.907)	(8.344)	(10.251)
Principal resgate	(33.582)	(134.196)	(167.778)
Resultado financeiro	(4.712)	9.424	4.712
Outros pagamentos	(474)	-	(474)
Ajuste a valor de mercado	-	72	72
Saldo em 31/12/2011	56.261	39.203	95.464
Companhia			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2011	56.261	39.203	95.464
Aplicações	452.984	214.197	667.181
Rendimento resgate	(23.296)	(5.832)	(29.128)
Principal resgate	(428.546)	(45.312)	(473.858)
Resultado financeiro	20.180	2.734	22.914
Outros recebimentos / (pagamentos)	2.468	(16)	2.452
Ajuste a valor de mercado	-	61	61
Saldo em 31/12/2012	80.051	205.035	285.086

	Companhia		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento
Saldo em 01/01/2011	2.776.514	2.663.313	1.520.290
Aquisição do saldo da Dental Plan	2.986	-	2.986
Aplicações	7.865.124	4.074.828	-
Rendimento resgate	(326.515)	(284.005)	(165.407)
Principal resgate	(7.094.241)	(3.959.098)	(246.088)
Resultado financeiro	275.280	365.835	176.996
Outros recebimentos / (pagamentos)	35.717	(18)	-
Ajuste a valor de mercado	-	13.468	-
Saldo em 31/12/2011	3.534.865	2.874.323	1.285.791
Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento
Saldo em 31/12/2011	3.534.865	2.874.323	1.285.791
Aplicações	5.217.406	2.703.936	-
Rendimento resgate	(271.532)	(225.968)	(148.675)
Principal resgate	(5.636.919)	(2.075.963)	(186.815)
Resultado financeiro	342.589	278.807	169.579
Outros recebimentos / (pagamentos)	42.491	(103)	8
Ajuste a valor de mercado	-	50.620	-
Saldo em 31/12/2012	3.228.900	3.605.652	1.119.888

	Companhia		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento
Saldo em 01/01/2011	2.776.514	2.663.313	1.520.290
Aquisição do saldo da Dental Plan	2.986	-	2.986
Aplicações	7.865.124	4.074.828	-
Rendimento resgate	(326.515)	(284.005)	(165.407)
Principal resgate	(7.094.241)	(3.959.098)	(246.088)
Resultado financeiro	275.280	365.835	176.996
Outros recebimentos / (pagamentos)	35.717	(18)	-
Ajuste a valor de mercado	-	13.468	-
Saldo em 31/12/2011	3.534.865	2.874.323	1.285.791
Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento
Saldo em 31/12/2011	3.534.865	2.874.323	1.285.791
Aplicações	5.217.406	2.703.936	-
Rendimento resgate	(271.532)	(225.968)	(148.675)
Principal resgate	(5.636.919)	(2.075.963)	(186.815)
Resultado financeiro	342.589	278.807	169.579
Outros recebimentos / (pagamentos)	42.491	(103)	8
Ajuste a valor de mercado	-	50.620	-
Saldo em 31/12/2012	3.228.900	3.605.652	1.119.888

8.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas desconsiderando os valores de saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo. No entanto, considera:

(i) A metodologia do VaR Paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e

(ii) DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo, apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	Companhia		
	2012	2011	VaR 95%
Pré-fixado	1	-	(130)
Taxa referencial	1	-	-
Renda variável	428	561	-
Outros	1	56	-
Total	431	487	-
Consolidado			
	2012	2011	VaR 95%
Pré-fixado	(6)	6	(23)
IGP-M	5.917	(159)	2.764
IPC-A	764	-	1.180
Taxa referencial	(16)	(6)	4
Renda variável	(109)	-	236
Outros	(4)	-	(2)
Total	6.546	(159)	4.159

Fatores de risco	Companhia			
	2012	DV01=0,01%	2011	DV01=0,01%
Pré-fixado	(6)	6	(23)	2
IGP-M	5.917	(159)	2.764	168
IPC-A	764	-	1.180	12
Taxa referencial	(16)	(6)	4	-
Renda variável	(109)	-	236	-
Outros	(4)	-	(2)	-
Total	6.546	(159)	4.159	182

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a *effective duration* ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentam resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1).

8.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 2012 e 2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

- (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e
- (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1
 • **Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês.

Nível 2
 • **Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros, de opções e de swap:** Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA;

• **Títulos de renda fixa – Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;

• **Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o *spread* de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

• **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados, considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

• **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado;

• **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela SulAmérica para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	Companhia		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	548	79.503	80.051
Disponível para venda	-	205.035	205.035
Total	548	284.538	285.086
Companhia			
	Nível 2	Total	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	56.261	56.261	56.261
Disponível para venda	39.203	39.203	39.203
Total	95.464	95.464	95.464
Passivos financeiros			
Derivativos	40.888	40.888	40.888
Total	40.888	40.888	40.888
Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	226.962	3.001.938	3.228.900
Disponível para venda	462	3.605.190	3.605.652
Total	227.424	6.607.128	6.834.552

Descrição	Companhia		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	220.568	3.314.297	3.534.865
Disponível para venda	260	2.874.063	2.874.323
Total	220.828	6.188.360	6.409.188
Passivos financeiros			
Derivativos	-	40.888	40.888
Total	-	40.888	40.888
Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	220.568	3.314.297	3.534.865
Disponível para venda	260	2.874.063	2.874.323
Total	220.828	6.188.360	6.409.188

Descrição	Companhia		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	220.568	3.314.297	3.534.865
Disponível para venda	260	2.874.063	2.874.323
Total	220.828	6.188.360	6.409.188
Passivos financeiros			
Derivativos	-	40.888	40.888
Total	-	40.888	40.888

9. Prêmios a receber

9.1. Movimentação dos prêmios a receber

Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. A SulAmérica, através de suas controladas, basicamente fatura mensalmente os contratos de saúde e, no caso de danos, o parcelamento médio dos prêmios a receber é de 4 vezes. As categorias de saúde e danos juntos, representam cerca de 93% dos prêmios a receber da SulAmérica em 31/12/2012 e em 2011. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

	Consolidado		
	Prêmios	Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	Total
Saldo em 01/01/2011	821.570	(63.914)	757.656
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	9.986.697	(33.905)	9.952.792
RVNE	4.977	-	4.977
Recebimentos / reversão	(9.958.359)	26.899	(9.931.460)
Saldo em 31/12/2011	854.885	(70.920)	783.965
Circulante	-	-	773.556
Não circulante	-	-	10.409
Consolidado			
	Prêmios	Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	Total
Saldo em 31/12/2011	854.885	(70.920)	783.965
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	11.229.496	(33.300)	11.196.196
RVNE	(14.509)	-	(14.509)
Recebimentos / reversão	(11.128.190)	13.455	(11.114.735)
Saldo em 31/12/2012	941.682	(90.765)	850.917
Circulante	-	-	845.639
Não circulante	-	-	5.278

9.2. Prêmios a receber por vencimento

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	2012	2011
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	375.971	329.898
A vencer entre 31 e 60 dias	112.945	114.500
A vencer entre 61 e 180 dias	148.066	159.212
A vencer entre 181 e 365 dias	25.318	25.752
A vencer acima de 365 dias	5.278	10.409
Total	667.578	639.771
Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	(1.543)	(1.987)
Total a vencer	666.035	637.784

	Consolidado	
	2012	2011
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	111.223	96.826
Vencidos entre 31 e 60 dias	21.200	16.048
Vencidos entre 61 e 180 dias	31.478	22.756
Vencidos entre 181 e 365 dias	27.848	19.060
Vencidos acima de 365 dias	82.355	60.424
Total	274.104	215.114
Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	(89.222)	(68.933)
Total vencidos	184.882	146.181
Total prêmios a receber	941.682	854.885
Total redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i> (a)	(90.765)	(70.920)
	850.917	783.965

(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios, vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão, impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e depósitos judiciais e a análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (*rating*) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro.

10. Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas

Descrição	Consolidado			
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar/IBNR e outros	2012	2011
2012	2011	2012	2011	2011
Saúde	-	547	5.076	547
Danos	50.209	89.390	250.269	437.117
Pessoas	192	127	7.033	7.414
Total	50.401	89.517	257.849	449.607
Circulante				

13. Outros valores e bens

Descrição	2012	2011	Consolidado
Salvados e ressarcimentos	32.592	43.003	43.003
Imóveis mantidos para venda	1.095	1.095	1.095
Ressarcimentos recebidos	5.476	5.820	5.820
Taxa performance - Fundos (a)	8.908	2.000	2.000
Demais	3.554	2.794	2.794
Total	51.625	54.712	54.712
Circulante	50.530	53.617	53.617
Não circulante	1.095	1.095	1.095

(a) A variação refere-se basicamente ao desempenho recorde do fundo Expertise que até 31/12/2012 acumula rentabilidade de mais de 60%, muito acima dos índices IBOVESPA e IVBX-2, que renderam 7,4% e 20,8% respectivamente.

14. Movimentação dos custos de aquisição diferidos – Seguros e previdência

	Consolidado		
	Seguro direto e cosseguero aceito	Cosseguero aceito	Previdência
Saldo em 01/01/2011	489.030	655	7.561
Custo de aquisição gerado	934.750	29.978	5.745
Amortização	(837.699)	(8.516)	(4.245)
Cancelamento	(92.891)	(4.673)	-
RVNE	(540)	-	-
Saldo em 31/12/2011	492.650	17.444	9.061
Circulante	358.360	160.795	160.795
Não circulante	134.290	8.649	8.266

	Consolidado		
	Seguro direto e cosseguero aceito	Cosseguero aceito	Previdência
Saldo em 31/12/2011	492.650	17.444	9.061
Custo de aquisição gerado	933.983	9.948	6.547
Amortização	(754.019)	(7.896)	(4.592)
Cancelamento	(119.955)	(6.672)	-
RVNE	(2.834)	-	-
Saldo em 31/12/2012	549.825	12.824	11.016
Circulante	392.967	180.698	180.698
Não circulante	156.858	4.126	2.918

15. Participações societárias

	Companhia			
	SALIC	SAEPAR	CIA. SAÚDE	Total
Saldo em 01/01/2011	517.798	1.860.113	661.952	3.039.863
Dividendos e juros sobre capital próprio	(43.719)	(235.302)	(25.120)	(304.141)
Equivalência patrimonial (a)	81.864	315.333	108.654	505.851
Ajustes de avaliação patrimonial	1.327	4.379	2.285	7.991
Saldo em 31/12/2011	557.270	1.944.523	747.771	3.249.564
Aumento de capital (b)	-	35.503	-	35.503
Venda de ações (c)	-	-	(120.000)	(120.000)
Perda de capital	-	-	(236)	(236)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(31.646)	(159.245)	(32.425)	(223.316)
Equivalência patrimonial (a)	100.328	290.312	130.993	521.633
Ajustes de avaliação patrimonial	5.687	18.785	5.905	30.377
Saldo em 31/12/2012	631.639	2.129.878	732.008	3.493.525

	Companhia			
	SALIC	SAEPAR	CIA. SAÚDE	Total
Ativo	5.916.089	2.229.611	3.281.422	11.427.122
Passivo	3.340.694	99.751	923.483	4.363.928
Patrimônio líquido	2.575.395	2.129.860	2.357.939	7.063.194
Receita líquida	2.724.565	36.573	1.542.827	4.303.965
Lucro líquido do exercício	410.343	290.296	421.595	1.102.234
Percentual de participação (%)	24,4499%	100%	31,0326%	
Valor contábil do investimento	629.670	2.129.878	732.008	3.491.556
Ágio	1.969	-	-	1.969
Quantidade de ações ordinárias	100	3.605	17.106.231	17.209.936
Quantidade de ações preferenciais	-	-	4.264.636	4.264.636

	Companhia			
	SALIC	SAEPAR	CIA. SAÚDE	Total
Ativo	5.726.389	2.089.259	3.026.635	10.842.283
Passivo	3.455.208	144.736	885.852	4.485.796
Patrimônio líquido	2.271.181	1.944.523	2.140.783	6.356.487
Receita líquida	2.669.009	121.948	1.484.959	4.275.916
Lucro líquido do exercício	334.846	315.147	311.011	960.994
Percentual de participação (%)	24,4499%	100%	34,9410%	
Valor contábil do investimento	555.301	1.944.523	747.771	3.247.595
Ágio	1.969	-	-	1.969
Quantidade de ações ordinárias	100	3.540	20.417.758	20.518.898
Quantidade de ações preferenciais	-	-	5.090.210	5.090.210

(a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização com as práticas contábeis internacionais.

(b) Em 11/06/2012, a Companhia aumentou o capital da SAEPAR no valor de R\$20.159 com a emissão de 38 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Adicionalmente, em 06/12/2012, a Companhia aumentou novamente o capital da SAEPAR no valor de R\$15.344 com a emissão de 27 novas ações, nominativas, sem valor nominal.

(c) A CIA. SAÚDE comprou ações próprias, que estavam em poder da SASA, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento.

16. Contas a pagar

Além dos Tributos Diferidos (nota 11.1.2), destacam-se as seguintes obrigações:

16.1. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar, mensuradas pelo custo amortizado, exceto quanto a ponta passiva do swap, avaliadas a valor justo (2011), são as seguintes:

Descrição	2012	2011	2012	2011
Obrigações fiscais (vide Nota 21)	1.116	1.030	995.736	832.304
Refinanciamento fiscal – REFIS (a)	564	643	36.592	75.391
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	95.368	69.473	95.809	69.916
Participações no lucro	-	-	51.928	45.230
Demais	148	147	71.293	63.005
Total	97.196	71.293	1.251.358	1.085.846
Circulante	95.617	69.718	240.778	217.796
Não circulante	1.579	1.575	1.010.580	868.050

(a) Refinanciamento fiscal – REFIS

A Companhia e suas controladas SALIC, SAÚDE (Incorporadora da Sul América Serviços Médicos S.A. – SULAMED), CIA. SAÚDE, SANTA CRUZ (Incorporadora da Executivos S.A. – Administração e Promoção de Seguros – EXECUTIVOS e Sul América Investimentos e Participações S.A. – SAIPA) e SASG, aderiram ao Refinanciamento Fiscal – REFIS, e parcelaram valores devidos relativos a COFINS, IRPJ, CSLL, FINSOCIAL, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e INSS, os quais encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial.

O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$253.353 (líquido da redução de multa de 50%). O refinanciamento prevê o pagamento dos mencionados tributos e contribuições em até 180 parcelas iguais e mensais, conforme montante e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final até 30/06/2018, conforme o número de meses da opção, atualizadas com base na variação da TJLP. Na Companhia, em 31/12/2012, as obrigações correspondem a R\$101 (R\$98 em 2011) no passivo circulante e de R\$463 (R\$545 em 2011) no passivo não circulante. No Consolidado, em 31/12/2012, as obrigações correspondem a R\$21.747 (R\$39.645 em 2011) no passivo circulante e R\$14.845 (R\$35.746 em 2011) no passivo não circulante.

16.2. Impostos e contribuições

Descrição	2012	2011	2012	2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	39	-	87.525	32.239
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15	-	39.881	15.802
Contribuições PIS e COFINS	4.806	8.973	27.479	29.169
Outros	-	-	30	9
Total	4.860	8.973	154.915	77.219
Circulante	4.860	8.973	154.915	77.219

16.3. Outras contas a pagar

Descrição	2012	2011	2012	2011
Honorários advocatícios	-	14	70.598	68.000
Contas a pagar – Fornecedores	92	732	18.056	31.754
Compromissos mobiliários a pagar	40	12	10.506	11.743
Contas a pagar diversas	38	54	44.393	31.203
Total	170	812	143.553	142.700
Circulante	137	798	82.046	80.078
Não circulante	33	14	61.507	62.622

16.4. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2012	2011	2012	2011
Senior notes (a)	-	350.867	-	350.867
Debêntures (b)	514.644	-	514.644	-
Leasing	-	-	218	363
Total	514.644	350.867	514.862	351.230
Circulante	16.014	350.867	16.232	351.230
Não circulante	498.630	-	498.630	-

(a) Senior notes
 Em fevereiro de 2012, a Companhia liquidou as senior notes emitidas em fevereiro de 2007 e operação de swap contratada para a proteção contra oscilações cambiais, no montante de R\$357.021, sendo R\$232.972 referente as senior notes e R\$124.049 ao swap.

(b) Debêntures

Em 04/01/2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em série única, no montante total de R\$500.000 para a distribuição pública com esforços restritos de colocação.
 Em 06/02/2012, foram emitidas 50.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, com prazo de vencimento de cinco anos contados a partir da data de emissão (06/02/2017).

As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), sob o código SULM11, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das debêntures liquidada por meio da CETIP. A oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

O valor nominal das debêntures será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas a partir do terceiro ano de sua emissão e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, pagos semestralmente, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias – DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, “over extra-grupo”, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, na base de 252 dias úteis, definida no procedimento de bookbuilding realizado em 08/02/2012. A Taxa Interna de Retorno (TIR) é de CDI + 1,33% ao ano. Em 31/12/2012, o saldo a pagar corresponde a R\$514.644, líquido dos custos de transações incorridos no montante de R\$1.815, que serão diferidos ao longo da vigência da escritura de emissão das debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a emissão das debêntures, foram destinados a:

- (i) Suprir necessidades de caixa decorrentes da expansão das operações da SulAmérica;
- (ii) Reconstituir o caixa após a liquidação do senior notes (vide nota 16.4 – letra a); e
- (iii) Objetivos corporativos gerais.

O contrato possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados covenants, sendo que os covenants financeiros deverão ser cumpridos trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia possui os seguintes covenants financeiros:

Descrição dos covenants	Índice requerido
Índice financeiro I – dívida financeira líquida	Igual ou inferior a 2 vezes a geração de caixa
Índice financeiro II – geração de caixa	Igual ou superior a 4 vezes o resultado financeiro líquido
Índice financeiro III – geração de caixa	Igual ou superior a zero

Dívida financeira líquida: Obrigações financeiras menos caixa e aplicações financeiras líquidas

Geração de caixa: Resultado antes dos tributos sobre o lucro menos depreciação, amortização e exaustão.

Todos os covenants mencionados acima foram atendidos em 31/12/2012.

17. Débitos e créditos de operações com seguros e resseguros

17.1. Operações com resseguradoras

Descrição	2012	2011	2012	2011
IRB – Conta movimento (a)	-	-	10.732	10.762
Adiantamento de sinistro	-	-	18.917	19.776
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão (b)	16.279	131.052	23.647	140.494
Juros sobre prêmios	-	-	4.046	3.963
Salvados e ressarcimentos	-	-	5.244	14.573
Impairment	(2.521)	(1.624)	-	-
Total	13.758	129.428	62.586	189.568
Circulante	13.758	129.428	60.574	185.543
Não circulante	-	-	2.012	4.025

(a) Contempla operações com o IRB relativas a prêmios, sinistros, salvados e ressarcimentos;
 (b) Em 31/12/2011, havia um contrato de resseguro do segmento de saúde, com vigência desde março, no valor de R\$99.643. Em Março/2012 foi liquidado o valor de R\$87.061, parcela correspondente ao período de Março/2011 a Novembro/2011, e em Setembro/2012 foi liquidado mais R\$27.242.

17.2. Corretores de seguros e resseguros

Descrição	2012	2011
Seguro direto e retrocessão	95.580	88.669
Cosseguero aceito	246	1.951
Outros	2.323	2.370
Total	98.149	92.990
Circulante	98.134	92.975
Não circulante	15	15

18. Depósitos de terceiros

Descrição	2012		2011		Consolidado
	Prêmio direto	Cosseguero	Total	Prêmio direto	Cosseguero
De 01 a 30 dias	18.812	-	18.812	17.286	49
De 31 a 60 dias	3.353	26	3.379	2.696	1.223
De 61 a 120 dias	2.992	496	3.488	7.293	2.618
De 121 a 180 dias	1.770	1.072	2.842	5.547	5.200
De 181 a 365 dias	819	1.236	2.055	1.189	3.222
Acima de 365 dias	1.822	2.678	4.500	2.952	1.836
Subtotal	29.568	5.508	35.076	36.963	9.468
Recebimento antecipado	-	-	-	6.519	7.324
Total	-	-	-	41.595	53.755

19. Provisões técnicas de seguros e previdência

19.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros

(a) Saúde

	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR		Provisão matemática de benefícios concedidos		Consolidado
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2011
Saldo em 01/01/2011	100.510	820.916	14.073				

19.3. Garantia das provisões técnicas

As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	Consolidado	
	2012	2011
Provisões técnicas de seguros.....	3.956.706	4.058.854
Provisões técnicas de previdência complementar	3.742.238	3.283.138
Efeito monetário (c).....	372.069	-
Total das provisões técnicas.....	8.071.013	7.341.992
(-) Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	308.250	539.124
(-) Depósitos judiciais.....	5.575	20.245
(-) Direitos creditórios.....	441.064	444.162
(-) Depósitos especiais no IRB.....	1.217	6.228
Montante a ser garantido.....	7.314.907	6.332.233
Ativos dados em garantia:		
Títulos de renda fixa - Públicos.....	4.694.349	4.510.700
Títulos de renda fixa - Privados.....	1.666.627	1.561.055
Títulos de renda variável (a).....	226.414	220.139
Efeito monetário (c).....	372.069	-
Outros (b).....	853.590	295.715
Total de ativos.....	7.813.049	6.587.609
Ativos vinculados em excessos.....	498.142	255.376

(a) Ativos que estão nos fundos PGBL e VGBL;

(b) A linha "Outros" contempla basicamente quotas de fundos não exclusivos e operações compromissadas dos fundos exclusivos;

(c) Efeito monetário referente à diferença entre o valor de custo e mercado dos instrumentos financeiros classificados como "mantidos até o vencimento", requerido pela Circular SUSEP Nº 457/12, Artigo 9, parágrafo único, que trata do Teste de Adequação de Passivos.

20. Partes relacionadas

20.1. Transações

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração. As principais transações são:

Descrição	Categoria	Controladora	Companhia							
			Ativo		Passivo		Despesa			
			2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Sulasapar Participações S.A. (a) (b).....	Controladora	Sulasa Participações S.A.	-	-	28.538	20.995	-	-	-	-
ING Insurance International BV (a) (b).....	Outros	ING Verzekeringen N.V.	-	-	18.390	13.524	-	-	-	-
SAEPAR Serviços e Participações S.A. (a) (b).....	Controlada	Sul América S.A.	68.942	74.014	-	-	-	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (c).....	Controlada indireta	Sul América S.A.	30.656	25.880	-	-	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (d).....	Controlada indireta	Sul América S.A.	1.427	703	40	12	(83)	(206)	-	-
Sul América Seguro Saúde S.A. (c) (e).....	Controlada indireta	Sul América S.A.	9.690	5.648	-	-	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (g).....	Controlada indireta	Sul América S.A.	1.405	737	-	-	-	(8)	(1)	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (c) (e) (f).....	Controlada indireta	Sul América S.A.	31.775	21.047	131	125	(192)	(181)	-	-
Demais acionistas (a) (b).....	Outros	Outros	-	2	48.440	34.954	-	-	-	-
Total			143.895	128.031	95.539	69.610	(283)	(388)		

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

(b) Valor referente aos juros sobre capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

(c) Refere-se a reembolso das controladas que pagaram seus executivos com plano geral de compras de ações (stock options) de emissão da Companhia;

(d) Refere-se a taxa de administração paga a controlada SAMI por serviços de gestão de ativos;

(e) Transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas;

(f) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz entre as companhias da SulAmérica e a SALIC;

(g) Refere-se ao seguro de vida grupal dos funcionários da companhia pago a SULASEG.

Descrição	Categoria	Controladora	Consolidado							
			Ativo		Passivo		Despesa		Despesa	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (e) (f) (g) (h).....	Outros	Outros	84	264	-	-	4.274	4.005	(98)	(60)
Sulasapar Participações S.A. (a) (b) (i).....	Controladora	Sulasa Participações S.A.	66	63	28.538	20.995	96	91	-	-
ING Insurance International BV (a) (b).....	Outros	ING Verzekeringen N.V.	-	-	18.390	13.524	-	-	-	-
Nova Ação Participações S.A. (j).....	Outros	S.A.	66	63	-	-	96	91	-	-
ING Securities Investment & Trust Co., LTD (c).....	Outros	ING Groep N.V.	-	-	-	-	272	271	-	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (f).....	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(9.248)	(10.131)
Gouveia Vieira Advocacia (i).....	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(1.649)	(300)
Gouveia Vieira Advogados Associados (j).....	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(4.328)	(3.745)
Demais acionistas (a) (b).....	Outros	Outros	-	-	48.885	35.397	-	-	-	-
Total			216	390	95.813	69.916	4.738	4.458	(15.323)	(14.236)

(a) Valor referente aos juros sobre capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

(b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

(c) Assessoria financeira para identificação de potenciais investimentos no Brasil;

(d) Transações em conta corrente entre companhias, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas;

(e) Valor referente ao aluguel inter-grupo pela utilização do espaço físico fornecido pela SALIC, localizado na Av Goiás, Setor Central, lotes 33/35, sala 501, Goiás - GO;

(f) Valor referente à receita obtida pelo prêmio de seguro saúde oferecido aos funcionários da SULACAP;

(g) Rateio de custo referente a aluguel entre as companhias da SulAmérica;

(h) Reembolso entre as companhias que compõem a SulAmérica referente ao aluguel de imóveis;

(i) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz entre companhias da SulAmérica e SALIC;

(j) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente.

Adicionalmente, em 2012, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$194.740 (R\$332.061 em 2011), sendo R\$66.134 (R\$111.461 em 2011) para a SULASAPAR, R\$42.664 (R\$71.907 em 2011) para a ING Insurance International BV e R\$85.942 (R\$148.693 em 2011) para demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas, e recebeu dividendos no montante de R\$198.312 (R\$306.125 em 2011), sendo R\$154.014 (R\$250.000 em 2011) da SAEPAR, R\$18.704 (R\$48.911 em 2011) da SALIC e R\$25.594 (R\$7.214 em 2011) da CIA. SAÚDE.

20.2. Remuneração da administração

A Administração incluí os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Companhia				
	Benefícios de curto prazo a administradores		Remuneração baseada em ações (a)		Total
	2012	2011	2012	2011	
Contas a pagar.....	34	-	-	-	34
Despesas.....	(2.994)	(9)	-	-	(3.003)
2011					
Contas a pagar.....	35	-	-	-	35
Despesas.....	(2.873)	(67)	-	-	(2.940)
Consolidado					
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações (a)	Total	
2012					
Contas a pagar.....	23.899	7.931	-	-	31.830
Despesas.....	(57.090)	(5.042)	(8.880)	-	(71.012)
2011					
Contas a pagar.....	17.342	6.814	-	-	24.156
Despesas.....	(40.854)	(2.851)	(10.492)	-	(54.197)

(a) Plano geral de opção de compra de ações de emissão da Companhia

Em 31/03/2008, a Assembleia Geral da Sul América S.A. aprovou o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, "Plano Geral", cuja alteração foi aprovada na Assembleia Geral em 30/03/2012.

Conforme a revisão do Plano Geral aprovada na Assembleia Geral de 30/03/2012, foi aprovado modelo de transição, tendo como única alteração relevante a redução de aproximadamente 50% nos targets do programa que outorga "Opções Simples" de 2012 e, em contrapartida, haverá matching de "Opções Bonificadas" por parte da Companhia, mais agressivos que anteriormente. A partir de 2013 foi aprovada a exclusão do programa de outorga de "Opções Simples" e por consequência, o programa que outorga "Opções Bonificadas" será ajustado no que tange o matching por parte da Companhia.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de aquisição das *Units* Vinculadas, no caso de serem alienadas *Units* representativas de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O preço de exercício das Opções Bonificadas se consubstanciará na manutenção das *Units* Vinculadas por prazo pré-determinado no respectivo contrato.

No âmbito dos programas de 2008, 2009 e 2010 foram concedidas somente opções simples, enquanto nos programas de 2011 e 2012 foram concedidas tanto opções simples como bonificadas, tendo o Comitê de Remuneração, conforme delegado pelo Conselho de Administração, definido os beneficiários dos programas entre os membros da Diretoria da SulAmérica, assim como as quantidades de *Units* a que fariam jus.

Em 30/03/2012, nos termos do Plano Geral, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Opção de Aquisição de *Units* para o ano de 2012 (Programa 2012), outorgando ao Comitê de Remuneração da Companhia poderes para sua administração.

O Comitê de Remuneração determinou, no âmbito do Programa de 2012, a outorga inicial de 1.602.966 Opções Simples ao preço de exercício de R\$16,52, assim como a outorga de 499.253 Opções Bonificadas, em contrapartida à aquisição de 122.300 *Units* Vinculadas com o desconto de 20% sobre o preço de mercado na data de aquisição.

Além da outorga inicial, foram realizadas 426.701 novas outorgas de Opções Simples ao preço médio ponderado de exercício de R\$18,42 durante o ano de 2011, totalizando a outorga de 2.334.229 opções simples ao preço médio ponderado de exercício de R\$19,07.

Os beneficiários das Opções Simples outorgadas nos Programas de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 adquirem, a partir do término do primeiro, segundo e terceiro ano, contados da data de assinatura de cada Contrato de Opção Simples de Aquisição de *Units* (Contrato de Opção Simples), direito ao exercício das opções à razão de 1/3 ao ano, do total outorgado em cada Contrato de Opção Simples, observado o prazo máximo de 5 anos da data de assinatura destes contratos.

Já os beneficiários das Opções Bonificadas outorgadas no âmbito do Programa de 2011, adquirem o direito ao exercício de tais Opções, à razão de 25%, 25% e 50% do total outorgado, ao ano. Para o Programa de 2012, a razão foi alterada para a proporção de 33%, 33% e 34% do total outorgado. Em ambos os programas, o prazo é a partir do término do terceiro, quarto e quinto anos subsequentes, contados da data de assinatura do Contrato de Opção Bonificada de Aquisição de *Units* celebrado com cada beneficiário ("Contrato de Opção Bonificada"), observado prazo máximo de exercício de 6 anos a contar da data de assinatura do respectivo Contrato de Opção Bonificada.

As movimentações ocorridas no saldo de opções estão resumidas a seguir:

Descrição	Companhia e Consolidado	
	Preço médio ponderado do período (em reais)	
	Opções de Units (quantidade)	
Saldo de opções simples em aberto em 01/01/2011	4.725.336	10,46
Saldo de opções simples exercíveis em 01/01/2011	289.511	7,65
Opções simples outorgadas durante o período.....	2.334.229	19,07
Opções simples exercidas durante o período.....	(1.125.797)	9,53
Opções simples canceladas no período.....	(1.035.956)	14,18
Saldo de opções simples em aberto em 31/12/2011	4.897.812	13,99
Saldo de opções simples exercíveis em 01/01/2012	1.284.859	9,42
Opções simples outorgadas durante o período.....	1.602.966	16,52
Opções simples exercidas durante o período.....	(1.132.957)	7,31
Opções simples canceladas no período.....	(302.154)	17,40
Saldo de opções simples em aberto em 31/12/2012	5.065.667	11,30
Saldo de opções simples exercíveis em 31/12/2012	2.024.772	14,05



Descrição	Companhia e Consolidado	
	Opções de Units (quantidade)	Preço médio ponderado do período (em reais)
Saldo de opções bonificadas em aberto em 01/01/2012	186.986	-
Opções bonificadas outorgadas durante o período.....	499.253	N/A
Opções bonificadas canceladas no período.....	(34.632)	N/A
Saldo de opções bonificadas em aberto em 31/12/2012	651.607	N/A
Saldo final de opções simples e bonificadas em aberto em 31/12/2012	5.717.274	N/A
Saldo final de opções simples e opções bonificadas exercíveis em 31/12/2012	2.024.772	N/A

* Conforme descrito no âmbito do Programa 2012, o preço médio ponderado de exercício das Opções Bonificadas é o cumprimento de obrigação de fazer pelo beneficiário, consubstanciada na obrigatoriedade de manter a propriedade das respectivas *Units* Vinculadas inalteradas e sem qualquer tipo de ônus, durante a totalidade do prazo de carência durante o qual as referidas Opções Bonificadas não poderão ser exercidas. Os valores mínimos e máximos de preço de exercício das opções em aberto em 2012 e em 2011 são de R\$6,71 e R\$19,81, respectivamente. O prazo contratual médio remanescente ponderado é de 3,06 anos (3,24 anos em 2011).

A média ponderada do valor justo das opções de compra emitidas, líquidas de cancelamento, em 2012 é de R\$4,00 (R\$3,58 em 2011) e foi mensurada usando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*, para as Opções Simples emitidas nos programas de 2008, 2009 e 2010 e o modelo binomial para as Opções Simples emitidas no Programa de 2011 e 2012, considerando as seguintes premissas:

- Volatilidade média esperada de 34,36% (34,24% em 2011);
- Prazo de vida da opção de 3 anos, sendo o direito sobre as opções adquirido 1/3 a cada um dos três anos em 2012 e 2011;
- Dividendo médio esperado de 3,82% (3,81% em 2011);
- Taxa de juros livre de risco média de 11,72% (11,93% em 2011).

A despesa de remuneração proveniente do Plano Geral, para o ano em 2012, tomando-se o valor justo da opção na data de assinatura de cada contrato de opção, é de R\$8.926 (R\$10.492 em 2011) registrada na rubrica "Despesas administrativas" em contrapartida à rubrica "Reservas de capital". Em 2012, R\$8.871 (R\$10.425 em 2011) foram reembolsados pelas controladas à Companhia, referente a valores destinados a seus respectivos funcionários. Respeitados os termos do Plano Geral, o Conselho de Administração poderá lançar outros programas dentro do limite de 4% do total de ações de emissão da Companhia existentes na data do respectivo programa, acrescidas das *Units* que teriam sido emitidas caso todas as opções concedidas nos termos do Plano Geral tivessem sido exercidas.

21. Depósitos judiciais e ações judiciais e tributárias

21.1 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Companhia	
	2012	2011
Tributárias:		
Imposto de renda.....	1.209	1.142
Outros.....	8	251
Total	1.217	1.393
Não circulante		
	1.217	1.393

Descrição	Consolidado	
	2012	2011
Tributárias:		
COFINS.....	385.100	332.096
PIS.....	266.569	250.537
Contribuição social.....	256.773	194.751
Imposto de renda.....	146.510	109.292
INSS.....	668.770	610.465
Outros.....	43.319	46.735
Trabalhistas	64.431	40.436
Cíveis	139.881	92.070
Total	1.971.353	1.676.382
Não circulante		
	1.971.353	1.676.382

21.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e tributárias

Em 31/12/2012, a Companhia possui ações judiciais e fiscais no valor de R\$1.244 (R\$1.030 em 2011) e no Consolidado conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2011	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas:	38.270	5.877	(1.191)	(12.888)	30.068
Circulante					5.835
Não circulante					24.233

	Consolidado				
	2012	2011	2012	2011	2012
Cíveis e outros:					
Cíveis.....	239.942	95.769	8.888	(90.218)	254.381
Outros.....	7.467	9.963	-	(8.071)	9.359
Subtotal	247.409	105.732	8.888	(98.289)	263.740



22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31/12/2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/03/2012, é de R\$1.319.882 (R\$1.237.882 em 2011), dividido em ações ordinárias e preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, como a seguir:

Data	Descrição	Companhia e Consolidado		
		ON	PN	Total
01/01/2011	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
01/01/2011	Ações em tesouraria			
	(vide Nota 22.5)	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)
		462.115.137	369.777.303	831.892.440
31/12/2011	Venda / (compra) de ações em tesouraria	(485.900)	(971.800)	(1.457.700)
31/12/2011	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31/12/2011	Ações em tesouraria			
	(vide Nota 22.5)	(4.484.351)	(8.968.702)	(13.453.053)
		461.629.237	368.805.503	830.434.740
31/12/2012	Aumento de capital - Emissão de novas ações	8.092.663	6.558.915	14.651.578
31/12/2012	Venda / (compra) de ações em tesouraria	(953.988)	(1.907.971)	(2.861.959)
31/12/2012	Ações	474.206.251	384.333.120	858.539.371
31/12/2012	Ações em tesouraria			
	(vide Nota 22.5)	(5.438.339)	(10.876.673)	(16.315.012)
		468.767.912	373.456.447	842.224.359

22.1.1. Capital social autorizado

O capital social da Companhia poderá ser elevado, além das ações já existentes, até o limite de 450 milhões de novas ações ordinárias e/ou preferenciais, observado o limite legal para cada espécie de ação, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e classe das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação, independentemente dos aumentos de capital deliberados em Assembleia Geral.

22.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

22.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, com a finalidade de:

- (i) assegurar recursos para investimentos em bens de ativo permanente;
- (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e
- (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia.

A constituição da reserva estatutária pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização; ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

22.4. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Adicionalmente, conforme mencionado na nota 6.2, contempla também a valorização, líquida do efeito de impostos, decorrente da contabilização do hedge de fluxo de caixa.

22.5. Ações em tesouraria - Recompra de ações

Em 07/10/2008, 07/10/2009, 28/02/2011 e 28/02/2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programas de recompra de até, respectivamente, 1.052.636, 1.046.872, 3.192.379 e 3.174.247 Certificados de Depósitos de Ações - *Units*, representativos, cada, de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais da Companhia, que correspondiam a 3% das *Units* em circulação no mercado e a aproximadamente 1,1% do total de ações de emissão da Companhia nas respectivas datas de aprovação dos programas de recompra.

Tendo em vista que, em 28/07/2010, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o desdobramento de ações de sua emissão (de forma que cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie), tanto as ações que se encontravam em tesouraria em tal data, bem como o saldo remanescente de *Units* do programa de recompra aprovado em 2009 foram igualmente desdobrados na mesma proporção do desdobramento. Ressalta-se, ainda, que a quantidade de *Units* aprovada nos programas de 2011 e 2012 já considerou o efeito do desdobramento mencionado. Os programas de recompra adotados pela Companhia têm como finalidade a aquisição de seus valores mobiliários para manutenção em tesouraria e utilização em plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia. A operação atende também aos interesses da Companhia, tendo em vista suas perspectivas de crescimento e rentabilidade, bem como a existência de reservas disponíveis.

Movimentação das ações em tesouraria (a)	Companhia e Consolidado	
	Quantidade de <i>Units</i>	Preço médio ponderado do período (em reais)
Ações em tesouraria em 01/01/2011	3.998.451	17,60
Recompra de ações no mercado - Programa de recompra	748.800	13,21
Alienação de ações no exercício - Programas de opção de compra de ações	(1.388.697)	10,65
Aquisição de ações no exercício - Programas de opção de compra de ações	1.125.797	19,31
Ações em tesouraria em 31/12/2011	4.484.351	19,45
Recompra de ações no mercado - Programa de recompra	996.628	13,07
Alienação de ações no exercício - Programas de opção de compra de ações	(1.253.454)	7,82
Aquisição de ações no exercício - Programas de opção de compra de ações	1.132.957	16,58
Bonificações e demais movimentações acionárias	77.857	16,92
Ações em tesouraria em 31/12/2012	5.438.339	20,32

(a) As *Units*, quando transferidas para a tesouraria são desconstituídas, representando, em 31/12/2012, 5.438.339 (4.484.351 em 2011) ações ordinárias e 10.876.678 (8.968.702 em 2011) ações preferenciais.

As compras de ações para manutenção em tesouraria, ocorridas no ano de 2012 foram de R\$18.782 (R\$ 21.745 em 2011). Tais compras foram registradas na rubrica "Ações em tesouraria", sendo o custo mínimo de aquisição de *Units*, em 2012, de R\$14,25 (R\$19,07 em 2011) e o máximo de R\$18,86 (R\$20,55 em 2011). O valor de mercado das *Units*, calculado com base na última cotação em 2012, é de R\$17,70 (R\$15,10 em 2011).

22.6. Política de distribuição de dividendos

Em 19/04/2012, a Administração aprovou a nova política de distribuição de dividendos a ser adotada a partir de 2013, que consiste, dentro da proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício (2012 inclusive), uma distribuição de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual ajustado, nela compreendida o dividendo obrigatório de 25%. As distribuições, em cada caso, ficam sujeitas às respectivas propostas de destinação do lucro líquido pela Administração da Companhia e a competente aprovação em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser revistas com base nos planos e necessidades da Companhia, considerados a ocasião, tais como, entre outros, aquisições e investimentos relevantes e atendimento a exigências regulatórias. Em qualquer caso, serão computadas em tais percentuais, eventuais distribuições de dividendos intermediários e de juros sobre capital próprio realizadas no curso do exercício em questão. Em 2012 e 2011, houve a distribuição de dividendos intermediários à conta do lucro apurado no balanço patrimonial de cada um dos trimestres, à razão de R\$0,012 por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por *Unit* e de R\$0,036 em 2011, perfazendo o montante aproximado de R\$10.000 em cada um dos trimestres. Em 2012 e 2011 houve ainda a declaração de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$26.630 em 2012 (R\$70.000 em 2011) correspondendo a R\$0,0316 em 2012 (R\$0,0843 em 2011) por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por *Unit*, e R\$0,0949 (R\$0,2529 em 2011) por cada *Unit*.

22.7. Distribuição de resultado

Em 31/12/2012 e 2011, a distribuição de dividendos da Companhia é a seguinte:

Descrição	2012	2011
Lucro antes dos impostos e contribuições	478.363	445.708
(-) Impostos e contribuições	4.885	(26)
Lucro líquido do exercício	483.248	445.682
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(24.162)	(22.284)
Lucro líquido ajustado	459.086	423.398
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	114.772	105.850
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	30.373	29.977
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios	22.954	60.432
Bruto	26.630	70.000
Imposto de renda	(3.676)	(9.568)
Saldo dos dividendos obrigatórios (A)	61.445	15.441
Dividendos adicionais propostos (B)	22.954	105.850
Total dos dividendos obrigatórios e propostos (A) + (B)	84.399	121.291
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	317.684	202.130
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	317.684	202.130

O montante de dividendos adicionais propostos e não pagos, acima do mínimo obrigatório, não é reconhecido nas demonstrações financeiras como passivo e sim em conta própria do patrimônio líquido.

22.8. Resultado por ação

O lucro líquido por ação ordinária e preferencial considera não só as ações ordinárias e preferenciais em circulação, mas também as potenciais emissões e cancelamentos (diluidores e antidiluidores), decorrentes do Plano Geral de Opção de Compra de Ações.

Devido ao lucro por ação da Companhia ser igual ao da SulAmérica, apenas um conjunto de informações foi apresentado.

Descrição	Companhia e Consolidado					
	2012			2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido do exercício atribuído às ações	266.918	216.330	483.248	246.168	199.514	445.682
Número de ações em circulação	474.206.251	384.333.120	858.539.371	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de ações em tesouraria	(4.914.298)	(9.828.596)	(14.742.894)	(3.879.883)	(7.759.766)	(11.639.649)
Média ponderada das ações em circulação - Básico	469.291.953	374.504.524	843.796.477	462.233.705	370.014.439	832.248.144
Lucro por ação - Básico (a) (em R\$)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,54	0,54
Fator diluidor:						
Média ponderada das quantidades de concessões e cancelamentos do plano geral de opção de compra de ações de emissão da companhia, no período	5.838.339	11.676.677	17.515.016	5.082.373	10.164.746	15.247.119
Média ponderada das ações em circulação - Diluído	475.130.292	386.181.201	861.311.493	467.316.078	380.179.185	847.495.263
Lucro por ação - Diluído (b) (em R\$)	0,56	0,56	0,56	0,52	0,52	0,52

(a) Básico

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

(b) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

O ajuste na média ponderada considera as quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia durante o período.

23. Informações por segmento de negócios

23.1. Demonstrações de resultados por segmento

Os segmentos de negócios da SulAmérica são identificados de acordo com a sua estrutura organizacional executiva, dividida em Unidades de Negócios (*Business Units - BU*), separados pela natureza e especificidade de cada tipo de segmento de seguro e os ativos e passivos informados são as provisões técnicas requeridas pelos órgãos reguladores e seus respectivos ativos gerenciais, na forma requerida pela lei.

Essas informações são principalmente utilizadas pelo Comitê Executivo da SulAmérica, seus principais executivos e acionistas, para avaliarem o desempenho das unidades de negócios, para o gerenciamento de capital, recursos e remuneração de funcionários e executivos.

Em 31/12/2012 e 2011, a SulAmérica tem os resultados apurados por unidades de negócios, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Consolidado				
	2012	2011	2012	2011	2011
	Saúde	Danos	Pessoas	Outros	Total
Prêmios emitidos	7.329.964	2.610.798	469.950	-	10.410.712
Prêmios ganhos	7.298.834	2.606.040	535.421	-	10.440.295
Sinistros ocorridos	(5.905.306)	(1.620.232)	(212.814)	-	(7.738.352)
Despesas com benefícios	-	-	(28.829)	-	(28.829)
Custos de aquisição	(460.541)	(498.329)	(129.572)	-	(1.088.442)
Margem bruta	932.987	487.479	164.206	-	1.584.672
Outras receitas e despesas operacionais	(163.709)	(92.396)	(54.981)	-	(311.086)
Resultado de previdência	-	-	14.601	-	14.601
Resultado com operação de assistência à saúde	24.272	-	-	-	24.272
Resultado da atividade financeira	-	-	-	44.865	44.865
Despesas administrativas	(425.721)	(421.155)	(117.349)	(27.137)	(991.362)
Despesas com tributos	(116.009)	(73.600)	(22.075)	(6.514)	(218.198)
Resultado financeiro	209.341	238.370	103.323	13.673	564.707
Resultado patrimonial	1.697	513	236	(322)	2.124
Resultado antes de impostos e contribuições	462.858	139.211	87.961	24.565	714.595
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(180.107)	(55.559)	(33.572)	37.892	(231.347)
Lucro líquido do exercício	282.751	83.652	54.388	62.457	483.248

Descrição	Consolidado			
	2012	2011	2011	2011
	Saúde	Danos	Pessoas	Outros
Prêmios emitidos	6.136.840	2.528.031	459.932	-
Prêmios ganhos	6.110.994	2.488.851	344.702	-
Sinistros ocorridos	(4.886.335)	(1.563.558)	(200.077)	-
Despesas com benefícios	-	-	(20.620)	-
Custos de aquisição	(416.522)	(522.835)	(117.622)	-
Margem bruta	808.137	402.485	6.383	-
Outras receitas e despesas operacionais	(129.316)	(75.781)	(51.720)	(655)
Resultado de previdência	-	-	12.339	(29)
Resultado com operação de assistência à saúde	30.472	-	-	(722)
Resultado da atividade financeira	-	-	-	26.400
Despesas administrativas	(435.358)	(288.468)	(98.857)	(16.160)
Despesas com tributos	(79.663)	(56.147)	(13.427)	(3.174)
Resultado financeiro	267.228	283.305	94.933	12.644
Resultado patrimonial	4.941	2.410	666	1.076
Resultado antes de impostos e contribuições	466.441	267.777	(49.683)	19.380
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(171.138)	(98.249)	18.228	(7.074)
Lucro (prejuízo) do exercício	295.303	169.528	(31.455)	12.306

23.2. Sinistralidade, custo de aquisição e margem bruta

Os seguintes índices são extraídos da apuração de resultado por unidades de negócios, apresentados na nota 23.1:

Descrição	Consolidado			
	2012	2011	2011	2011
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Sinistralidade (a)	80,91%	62,17%	45,13%	74,40%
Custo de aquisição (b)	6,31%	19,12%	24,20%	10,43%
Margem bruta (c)	12,78%	18,71%	30,67%	15,18%
	Consolidado			
	2011	2011	2011	2011
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Sinistralidade (a)	79,96%	62,82%	64,03%	74,58%
Custo de aquisição (b)	6,82%	21,01%	34,12%	11,82%
Margem bruta (c)	13,22%	16,17%	1,85%	13,61%

Os índices apurados representam a proporção:

- (a) Dos sinistros ocorridos em relação ao prêmio ganho;
- (b) Dos custos de aquisição em relação ao prêmio ganho; e
- (c) Das margens brutas em relação ao prêmio ganho.

23.3. Prêmios de seguros emitidos por região

Os prêmios de seguros emitidos por região são distribuídos da seguinte forma:

Região	Consolidado			
	2012	2011	2011	2011
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Sudeste	5.619.477	1.559.606	256.576	7.435.659
Sul	192.541	437.512	103.421	733.474
Nordeste	1.095.847	293.176	51.786	1.440.809
Norte	63.535	35.661		

27.2. Receitas financeiras

Descrição	Companhia	
	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos	53.292	32.258
Títulos de renda fixa - Privados	1.208	2.196
Títulos de renda fixa - Públicos	1.690	7.232
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais	68	90
Variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e swaps (a)	21.192	102.994
Outras	4.116	2.320
Total	81.566	147.090

Descrição	Consolidado	
	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos	794.798	728.024
Títulos de renda fixa - Privados	102.177	103.589
Títulos de renda fixa - Públicos	284.138	394.025
Títulos de renda variável	-	901
Operações de seguros	112.779	99.758
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais	105.660	108.870
Variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e swaps (a)	21.305	103.083
Outras	32.519	41.875
Total	1.453.376	1.580.125

(a) A linha de variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e swap da SulAmérica, contempla os efeitos das operações com swap demonstrados na nota 16.4.a.

27.3. Despesas financeiras

Descrição	Companhia	
	2012	2011
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(33.276)	(36.974)
Juros e correção monetária de debêntures emitidas	(41.155)	-
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(67)	(91)
Juros, variações cambiais e despesas sobre empréstimos, financiamentos e swaps (a)	(26.536)	(152.202)
Outras	(404)	(423)
Total	(101.438)	(189.690)

Descrição	Consolidado	
	2012	2011
Operações de seguros	(25.434)	(21.643)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(390.138)	(408.428)
Juros e correção monetária de debêntures emitidas	(41.155)	-
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(93.461)	(97.752)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - Operações de previdência e VGBL	(308.199)	(234.923)
Juros, variações cambiais e despesas sobre empréstimos, financiamentos e swaps (a)	(26.610)	(152.197)
Juros de mora	(1.700)	(3.679)
Outras	(1.972)	(3.393)
Total	(888.669)	(922.015)

(a) A linha de juros, variações cambiais e despesas sobre empréstimos e swap da SulAmérica, contempla os efeitos das operações com swap demonstrados na nota 16.4.a.

28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	478.363	478.363	445.708	445.708
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(119.591)	(43.053)	(111.427)	(40.114)
Correntes:				
Adições:				
Juros sobre o capital próprio	(23.832)	(8.579)	(6.751)	(2.430)
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(28)	(10)	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	(6.895)	(2.475)
Outras	(61)	(22)	(66)	(24)
Total	(23.921)	(8.611)	(13.712)	(4.929)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	130.408	46.947	126.422	45.512
Reversão de despesas não dedutíveis	16.786	6.043	-	-
Atualização de depósitos judiciais	17	6	-	-
Total	147.211	52.996	126.422	45.512

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(3.699)	(1.332)	(1.302)	(476)
Total	(3.699)	(1.332)	(1.302)	(476)

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(19)	(7)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	3.699	1.332	1.302	476
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	(16.918)	(6.090)	6.883	2.478
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(17)	(6)	-	-
Constituição / (reversão) de ações judiciais	(5)	(117)	-	-
Constituição / (reversão) da redução ao valor recuperável	16.918	6.089	(8.185)	(2.954)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	3.677	1.208	-	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social	3.677	1.208	(19)	(7)
Alíquota efetiva	1%	0%	0%	0%
Alíquota efetiva combinada	1%	0%	0%	0%

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	714.595	714.595	703.915	703.915
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(178.649)	(107.189)	(175.979)	(105.587)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	-	(3.579)	-	7.586
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(35.264)	(20.276)	(22.362)	(15.250)
Despesas indedutíveis	(12.767)	(6.526)	-	-
Custo de apólices	-	-	(17.976)	(10.786)
Provisão para redução ao valor recuperável	(10.425)	(6.308)	(1.985)	(1.316)
Encargos sobre participações nos lucros	-	-	(326)	(196)
Variação cambial e swap de empréstimos	-	-	(6.858)	(2.469)
Outras	(4.712)	(5.388)	-	(462)
Total	(63.168)	(38.498)	(49.507)	(30.479)
Exclusões:				
Atualizações de depósitos judiciais	23.744	13.670	25.283	15.170
Juros sobre o capital próprio	5.835	11.197	17.500	6.300
Custo de apólices	5.888	3.533	-	-
Variação cambial e swap de empréstimos	16.944	6.100	-	-
Outras	784	471	8.378	2.844
Total	53.195	34.971	51.161	24.314

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições (b)	(6.530)	(2.548)	(10.154)	(5.254)
Compensações (b)	13.312	7.415	8.920	7.215
Total	6.782	4.867	(1.234)	1.961
Redução de incentivos fiscais	8.068	-	13.421	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(173.772)	(109.428)	(162.138)	(102.205)

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	714.595	714.595	703.915	703.915
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(178.649)	(107.189)	(175.979)	(105.587)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	-	(3.579)	-	7.586
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(35.264)	(20.276)	(22.362)	(15.250)
Despesas indedutíveis	(12.767)	(6.526)	-	-
Custo de apólices	-	-	(17.976)	(10.786)
Provisão para redução ao valor recuperável	(10.425)	(6.308)	(1.985)	(1.316)
Encargos sobre participações nos lucros	-	-	(326)	(196)
Variação cambial e swap de empréstimos	-	-	(6.858)	(2.469)
Outras	(4.712)	(5.388)	-	(462)
Total	(63.168)	(38.498)	(49.507)	(30.479)
Exclusões:				
Atualizações de depósitos judiciais	23.744	13.670	25.283	15.170
Juros sobre o capital próprio	5.835	11.197	17.500	6.300
Custo de apólices	5.888	3.533	-	-
Variação cambial e swap de empréstimos	16.944	6.100	-	-
Outras	784	471	8.378	2.844
Total	53.195	34.971	51.161	24.314

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Vice-presidente:** John Boers; **Conselheiros:** Arthur John Kalita; Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon; Jorge Hilário Gouvêa Vieira; Pierre Claude Perrenoud; Roberto Teixeira da Costa; Carlos Infante Santos de Castro; Guilherme Affonso Ferreira; Fernando Alves Meira; Francisco Werneck de Albuquerque Maranhão.
DIRETORIA: Diretor-presidente: Thomaz Luiz Cabral de Menezes; **Vice-presidente:** Arthur Farne d'Amoed Neto; **Diretores:** Fabiane Reschke; Laenio Pereira dos Santos. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7. **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Compliance ("Comitê") da Sul América S.A., e em observância à Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2012.

Atividades do comitê:

O Comitê realizou 6 (seis) reuniões referentes ao exercício de 2012, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:
 a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para o exercício de 2012;
 b) Supervisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
 c) Supervisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Companhia a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia, tendo considerado satisfatório o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia;
 d) Tomou conhecimento, por meio de reuniões e relatórios, do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, tendo revisado as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras;

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sul América S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	(7.341)	(5.207)	1.285	(1.959)
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	26.702	19.922	36.101	23.425
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(23.980)	(13.784)	(24.806)	(15.495)
Constituição / (reversão) de ações judiciais	5.777	32.205	-	-
Constituição / (reversão) da redução ao valor recuperável	12.961	4.598	(9.241)	(3.200)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	14.119	37.734	3.339	2.771
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(159.653)	(71.694)	(158.799)	(99.434)
Alíquota efetiva	22%	10%	23%	14%
Alíquota efetiva combinada	32%	37%	32%	37%

(a) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%).
 (b) As constituições são referentes a empresas do grupo que apresentaram prejuízo no exercício e as compensações foram feitas pelas empresas que apresentaram lucro, com base nos limites estabelecidos em lei.

29. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros disponíveis para venda	61	72	(1.130)	(2.347)
Hedge de fluxo de caixa	(16)	(18)	283	587
Base de cálculo	(6)	(6)	102	211
Imposto de renda	(22)	(24)	385	798
Contribuição social	39	48	(745)	(706)
Líquido	39	48	(745)	(706)

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros disponíveis para venda	50.620	13.468	(1.130)	(2.347)
Hedge de fluxo de caixa	(12.655)	(3.367)	283	587
Base de cálculo	(7.577)	(2.020)	102	211
Imposto de renda	28	(42)	-	28
Contribuição social	(20.204)	(5.429)	385	798
Diferença de alíquotas (a)	30.416	8.039	(745)	(1.549)
Total	30.416	8.039	(745)	(1.549)
Líquido	30.416	8.039	(745)	(1.549)

(a) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%).

30. Compromissos e ônus a liquidar

30.1. Outros créditos

A rubrica "Outros créditos" no ativo circulante contempla basicamente recursos bloqueados nas contas correntes bancárias e fundos de investimento referentes a demandas judiciais, em 2012, no montante de R\$289 (R\$237 em 2011) na Companhia e R\$128.218 (R\$120.242 em 2011) no Consolidado.

30.2. Garantia das provisões técnicas

Determinadas controladas possuem bens vinculados à SUSEP e à ANS, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 19.3.